



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves
Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
 Eláccio da Marta
 Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Antes da Ordem do Dia. _ Procedeu-se à tomada de posse de Deputados da Assembleia Nacional.

Em interpeleção à Mesa o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI) questionou o facto de dois Deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD participarem na votação do Voto de Pesar, sem que tivessem tomado posse, na Sessão Solene de homenagem ao antigo Presidente da Assembleia Nacional, Alcino Pinto, o que mereceu esclarecimentos da Mesa.

Procedeu-se à leitura dos expedientes que deram entrada na Mesa.

Em declaração política, o Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD) referiu-se às exéquias ao antigo Presidente da Assembleia Nacional, Alcino Pinto, apresentou condolências à família. Congratulou-se com aqueles que contribuíram na realização do Acordo de Argel. Felicitou o Presidente da Assembleia pela concretização da promessa eleitoral, aprovando o pacote eleitoral.

Em declaração política, o Sr. Deputado Raúl Cardoso (MLSTP/PSD) enalteceu os feitos do antigo Presidente Alcino Pinto. Referiu-se às efemérides do mês de Novembro. Apelou ao diálogo na resolução das grandes questões que afectam o País. Condenou a atitude do pai que violou as suas filhas. Congratulou-se com as medidas do Governo, relativamente à Covid-19.

Em declaração política, o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI) criticou a situação política, económica e social do País. Apelou a uma atenção especial ao Hospital Ayres de Menezes, através da utilização dos fundos do Kuwait, devido à falta de consumíveis. Manifestou o seu desagrado pela prisão arbitrária do Sr. Américo Ramos, pelo silenciamento do adversário político na Comunicação Social e referiu-se à promiscuidade da justiça na política.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado Carlos Correia (ADI) criticou a proposta de alteração às leis eleitorais, referindo-se à inconstitucionalidade, tendo-se associado ao Sr. Deputado Amaro Couto (MLSTP/PSD).

Em assuntos políticos de interesse relevante, a Sra. Deputada Cristina Dias (MLSTP/PSD), a propósito da comemoração de 25 de Novembro, dia da eliminação de todas as formas de violência contra a mulher, manifestou a sua preocupação relativamente ao aumento da violência doméstica e do abuso sexual de menores. Apelou às autoridades a tomarem medidas, para pôr cobro a este flagelo.

Em assuntos políticos de interesse relevante, a Sra. Deputada Eurídice Semedo Medeiros (ADI) considerou de triste, lamentável e vergonhoso o funcionamento do Sistema Nacional de Saúde, apelando a união de esforços para a melhoria de condições.

Em assuntos políticos de interesse relevante, a Sra. Deputada Maria das Neves (MLSTP/PSD) associou-se aos demais Deputados, relativamente à homenagem ao antigo Presidente Alcino Pinto, à falta de condição no Hospital Ayres Menezes. Apelou à instalação de um aparelho para hemodiálise, à aquisição de uma unidade móvel apetrechada para os primeiros socorros, e ao consenso relativamente ao pacote eleitoral em discussão.

Em assuntos políticos de interesse relevante, a Sra. Deputada Celmira Sacramento (ADI) endereçou condolências aos familiares e amigos do antigo Presidente da Assembleia Nacional Alcino Pinto, pelo seu passamento físico. Afirmou que a saúde está doente, apelando o Governo a recuperação do fundo de Kuwait, para requalificação do Hospital Ayres de Menezes.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado José António Miguel (ADI) informou ao Plenário que a 3.ª Comissão Especializada Permanente visitou a Associação dos Cegos e Amblíopes de São Tomé e Príncipe (ACASTEP) e constatou que os mesmos vivem com muitas dificuldades, pelo que solicitaram advocacia da Assembleia Nacional, quanto à legislação. Associou-se aos demais Deputados, relativamente à falta de condição no Hospital Ayres Menezes e questionou a resposta do pedido efectuado ao Governo para uma visita de trabalho a ser efectuada pela 3.ª Comissão Especializada Permanente, tendo sido secundado pelo Líder do Grupo Parlamentar Abnildo d' Oliveira (ADI).

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado Maurício Rita (MLSTP/PSD) felicitou o Presidente da Assembleia pela diligência nas exéquias do ex-Presidente Alcino Pinto e encorajou o Governo a prosseguir com as suas acções.

Em assuntos políticos de interesse relevante, a Sra. Deputada Alda Ramos (ADI) referiu-se às dificuldades do Hospital Ayres Menezes. Apelou à mudança de atitude na política, questionou os motivos que estiveram na origem da prisão do cidadão Américo Ramos.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD) sugeriu que os Deputados contribuíssem para a reabilitação do Hospital Ayres de Menezes. A todos apelou à paz.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD) lamentou algumas intervenções havidas. Questionou se apenas o poder poderá alavancar o País, sem ajuda e apelou a concórdia entre a classe política.

Por último, o Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), na qualidade de proponente, respondeu às questões relacionadas com o pacote eleitoral e solicitou a contribuição de todos.

Ordem do Dia. _ Foram aprovados, na generalidade, especialidade e em votação final global, os Projectos de Resolução n.º 74/XI/5.ª/2020 – Eleição de um Juiz Conselheiro para o Tribunal Constitucional; n.º 75/XI/5.ª/2020 – Constituição da Nova Comissão Eleitoral.

Por último, foi votada a proposta de suspensão da discussão do Projecto de Resolução n.º 76/XI/5.ª/2020 – Autorização para as Comissões Parlamentares realizarem reuniões semi-presenciais.

Foi retirado da agenda a discussão do Projecto de Resolução n.º 77/XI/5.ª/2020 – Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2021. Usaram da palavra os Srs. Deputados Abnildo d' Oliveira (ADI), Levy Nazaré (ADI), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Arlindo Ramos (ADI), Danilo Santos (MLSTP/PSD), Alda Ramos (ADI), Carlos Correia (ADI), Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), Carlos Pinheiro (ADI) e Amaro Couto (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 16 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estiveram presentes as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Abnildo do Nascimento d'Oliveira
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos
Alexandre da Conceição Guadalupe
Anaydi dos Prazeres Ferreira
Arlindo Quaresma dos Santos
Arlindo Ramos
Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento
Carlos Alberto Pires Pinheiro
Carlos Manuel Cassandra Correia
Eurídice Medeiro
Celmira de Almeida Sacramento
Ekneide Lima dos Santos
Idalécio Augusto Quaresma
Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso
José António do Sacramento Miguel
José da Graça Diogo
Levy do Espírito Santo Nazaré
Mário Fernando de Jesus Rainho
Paulo Jorge Carvalho
Policarpo Viegas d'Oliveira Freitas
Salcedas d'Alva Teixeira Barros
Sebastião Lopes Pinheiro
Silvestre Moreno Mendes

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa
Adilson dos Reis Vaz
Amaro Pereira do Couto
Ana Isabel Meira Rita
António das Neves Sacramento Barros
Arlindo Barbosa Semedo
Ayza Fortes da Silva
Cristina Maria Fernandes Dias
Elákcio Afonso da Marta
Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder dos Santos Ceita Joaquim
Jaime Pires Sequeira de Menezes
José Rui Tavares Cardoso
Jerónimo Lima Pires Quaresma
Leonilda Maria Trovoada de A. Pires dos Santos
Ketty-Keila Neto da Silva Borges
Maiquel Jackson do Espírito Santo
Maria das Neves Ceita Batista de Sousa
Maurício Vera Cruz Afonso Rita
Óscar Cosme da Conceição Gina da Silva
Paula Maria Fonseca Tavares
Raúl do Espírito Santo Cardoso

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Vicente de Assunção Carvalho
Danilson Alcântara Fernandes Cotú
Delfim Santiago das Neves
Felisberto Fernandes Afonso
Jamiel Joana Segunda

Movimento de Cidadãos Independentes

António dos Reis Faleiro

Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, os cidadãos aqui presentes e todos os outros que estão a nos seguir em São Tomé e Príncipe e na diáspora, confirma-se a presença de 54 Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos, começando por conferir posse a dois candidatos não eleitos Deputados na lista do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Eláccio da Marta): — Sr. Presidente, a Mesa recebeu dois pedidos de substituição, como havia anunciado, passo à leitura do Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

«Aos 26 dias do mês de Novembro de 2020, compareceram ao Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos, Vieira da Silva Madre de Deus e Milca dos Prazeres Sousa Pires, em substituição dos Srs. Deputados António das Neves Sacramento Barros e a Sra. Deputada Ketty Keyla Neto da Silva, do Círculo Eleitoral da Região Autónoma do Príncipe, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos.»

Prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, o Secretário da Mesa que o lavrou.»

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, interpelação à Mesa!

O Sr. **Presidente**. — Sr. Deputado, nem sequer iniciámos os trabalhos, quer interpelação à Mesa? Está bem, tem a palavra!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, as minhas cordiais e efusivas saudações, que são extensivas ao Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e ao seu Presidente, ao Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD e aos nossos Deputados de Caué.

Sr. Presidente, houve uma situação, na última reunião plenária, que nós não levantámos, tendo em conta o momento em que vivíamos, isto é, o momento de solenidade das exéquias do nosso compatriota Alcino Pinto. É que na contagem dos votos o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD tinha 23 Deputados. Isto não corresponde à verdade. Nós queremos chamar atenção quanto a isso, porque votaram dois senhores que não eram deputados, mas que foram considerados como tal. Estamos a referir-nos aos Deputados que acabaram de ser empossados, os do Príncipe. Vieram, o Serviço de Protocolo não coordenou bem, ou a Mesa distraiu-se, não sei o que é que aconteceu, sentaram-se no grupo parlamentar e esses votos foram contados como sendo de Deputados. Eu não sei se foi distração ou se foi propositado.

Portanto, eu gostaria de interpelar a Mesa, para que coisas dessas não aconteçam.
Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do ADI. A Mesa regista com profunda preocupação este incidente. É claro que, antes de ser empossado, nenhum candidato, mesmo aquele que fora eleito, pode ocupar o lugar nos grupos parlamentares. Se houve esse erro e porque também estávamos numa sessão especial, em que não se conferiu, chamando por nome cada uma das Sras. e dos Srs. Deputados, não nos ocorreu sequer que este assunto ilegal tivesse ocorrido. Eu gostaria de chamar atenção aos respectivos grupos parlamentares e aos serviços também, para fazerem mais atenção a esses assuntos. Quando os candidatos, mesmo eleitos Deputados ou substitutos, venham para a Sala do Plenário, na possibilidade de serem empossados, devem sentar-se no lugar atribuído à galeria. Neste caso, fora do espaço reservado aos distintos grupos parlamentares.

Nós nos penitenciamos e agradecemos pelo reparo.

Dando sequência aos nossos trabalhos, temos para hoje o período de antes da ordem do dia, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se temos alguns assuntos e expedientes realizados pela Mesa, que serão seguidos da declaração política e assuntos políticos de interesse relevante. Por isso, convido o Sr. Secretário, para fazer a leitura dos anúncios e expedientes realizados pela Mesa.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, em representação do Governo, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia. Passo à apresentação dos expedientes que deram entrada na Mesa.

Relativamente à iniciativa da Mesa da Assembleia, porque decorre também das leis da República, temos três iniciativas: uma primeira, que é o Projecto de Lei n.º 74, que promove ou desencadeia o processo de eleição de um novo Juiz Conselheiro para o Tribunal Constitucional, distribuído aos grupos parlamentares; uma segunda tem a ver com a composição ou a constituição de uma nova Comissão Eleitoral; e, por último, autorização para as comissões parlamentares realizarem reuniões semi-presenciais. Na base desses expedientes, relativamente ao Tribunal Constitucional, indicação ou proposta de um juiz a ser eleito, recebemos: a carta do Grupo Parlamentar da Acção Democrática Independente (ADI), que remete a candidatura do Dr. Jonas Gentil, para o cargo de Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional; a carta do Secretário-geral da Acção Democrática Independente (ADI), que indica o Sr. Domingos José da Trindade Boa Morte, como representante do partido na Comissão Eleitoral Nacional, decorre da Lei de Partidos com Assentos Parlamentares; do Grupo Parlamentar MLSTP/PSD, a carta que remete a candidatura do Dr. Amaro Pereira de Couto, para o cargo de Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional; e outra carta que propõe a candidatura do Sr. Fernando da Silva Maquengo de Freitas ao cargo do Presidente da Comissão Eleitoral Nacional; a carta do Partido MLSTP/PSD que propõe, nos termos da lei, o cidadão Hernane Viegas da Graça Santiago, como representante deste partido na Comissão Eleitoral Nacional; do Grupo Parlamentar do PCD indica o cidadão Gil Mascarenhas da Costa, como representante do Partido na Comissão Eleitoral Nacional e do Partido União MDFM-UDD, que indica o Sr. Armindo Lopes, como representante também na Comissão Eleitoral Nacional; uma carta do Governo, do Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, que indica o representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades; dos Assuntos Parlamentares, Descentralização e Reforma do Estado e da Secretaria do Estado da Comunicação Social, são três representantes, para comporem a Comissão Eleitoral Nacional.

Sras. e Srs. Deputados, o conteúdo destes textos estão publicados no *Diário* n.º 7, *II Série*, de 23 de Novembro de 2020. Agradeceria aos Deputados que quiserem tomar contacto, sobretudo das assinaturas e conteúdos dessas cartas, que consultassem este *Diário*, que foi já publicado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são esses expedientes da penúltima reunião plenária, com excepção da Sessão Solene, que deram entrada na Mesa da Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Passemos de imediato ao momento das declarações políticas. A Mesa recebeu o pedido dos três Grupos Parlamentares. Com o efeito, convido o Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD para fazer a sua declaração política.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Srs. Técnicos de Assembleia Nacional, caros cidadãos são-tomenses, a todos bom dia.

«Excelências, no dia 24 deste mês de Novembro, nós, os Deputados à Assembleia Nacional e funcionários desta Casa Parlamentar, despedimos do Dr. Alcino de Barros Pinto, ex-Presidente desta Assembleia Nacional, numa cerimónia eivada de sentimentos de profunda consternação vividos por todos quantos mantiveram com ele uma relação marcada por franca e cordial convivência. Na qualidade de presidente desta Casa de representação popular, Alcino Pinto demonstrou ser um dirigente que entendia a política como um espaço de confronto, mas também de fraternidade e diálogo, elementos essenciais da vivência em democracia. Nesta hora marcante de luto e pesar, o Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD expressa os mais sinceros e profundos votos de condolências à sua família, familiares, ao Grupo Parlamentar e ao Partido MLSTP/PSD.

Sras. e Srs. Deputados, permitam-me, nesta manhã de 26 de Novembro, dia que assinalamos o 46.º Aniversário do Acordo de Argel, endereçar as mais sinceras e cordiais saudações a todo o povo de São Tomé e Príncipe, particularmente àqueles que, com bravura, sapiência e determinação, percorreram uma longa caminhada até a assinatura do Acordo de Argel, em que se definiu os termos para a nossa independência total. O dia 26 de Novembro de 1974 representa um marco incontornável na trajectória dos filhos destas ilhas, rumo à independência que era o ápice das aspirações de todos de Caué a Pagué.

Passados 46 anos, a independência foi alcançada em 1975 e a democracia instituída em 1990, se para alguns filhos destas ilhas o exercício pleno de direitos cívicos e políticos é uma inquestionável realidade, para outros tal não passa de um utopia, à qual devemos dedicar os nossos esforços para a tornar uma notável realidade, como reza o n.º 1 do artigo 15.º da Constituição da República, que diz: «todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos, estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de origem social, raça, sexo, tendência política, crença religiosa ou convicção filosófica.»

Excelências, o período das campanhas político-eleitorais não deve ser um palco para promessas de sonhos que após as eleições são jogadas ao lixo, num acto de maior descaramento e de falta de pudor político. Por isso, convém recordar que, no âmbito das últimas eleições legislativas, a Coligação PCD/MDFM-UDD prometeu consagrar aos nossos concidadãos na diáspora a capacidade eleitoral passiva e activa, nas eleições legislativas de 2022. Porém, para materializar tal desiderato, era condição *sine qua non* rever um conjunto de leis que suportam o acto eleitoral, para as adequar à nova realidade sociopolítico nacional. Tendo em conta que as mesmas datam de 1990, importa destacar, a título de exemplo, que, em 2003, a nossa Constituição foi revista. Foi posteriormente instituído o Tribunal Constitucional e a população

emigrante aumentou exponencialmente. Daí que conformar as citadas leis à realidade actual mostrou-se indispensável. A Coligação agiu nesse sentido, com propostas concretas de uma nova lei eleitoral, lei do direito de sufrágio e de recenseamento eleitoral, lei da comissão eleitoral, lei dos partidos políticos, lei-quadro das autarquias locais, lei do gabinete técnico eleitoral. Acreditamos que é uma oportunidade para harmonizar as citadas às leis que a presente iniciativa propõe, além de permitir que a nossa diáspora possa participar nas eleições legislativas de 2022, e a partir daí dar uma maior contribuição, para o desenvolvimento do País.

Senhoras e senhores, a Coligação PCD/MDFM-UDD não tenciona, em contexto nenhum, que o projecto de lei por nós apresentado esteja vedado a qualquer contribuição que leve à sua melhor adequação à realidade nacional. Prova disto foi o facto de, após as necessárias reapreciações e ouvidos novos argumentos, entendidos como válidos, propostas foram aceites como forma de sanar o articulado que fora apontado como inconstitucional. Continuamos abertos para receber contribuições concretas para a melhoria do pacote eleitoral em apreciação pela 1.ª Comissão.

Gostávamos de aproveitar o ensejo para felicitar-lhe a si, Sr. Presidente de Assembleia Nacional, pelas inovações introduzidas nesta Casa Parlamentar, o que permitiu à diáspora e a toda a sociedade são-tomense, em geral, poder acompanhar e participar em directo na discussão do pacote eleitoral que decorre na comissão competente.

Excelências, não gostaríamos de terminar esta breve intervenção política sem apelar ao Governo para a necessidade de dar uma atenção especial ao Sector da Saúde. É fundamental que tenhamos um Sector da Saúde moderno, com profissionais capacitados e devidamente motivados, para melhor atenderem, com a necessária mestria, aos anseios da nossa população.

Para terminar, é-nos fundamental reforçar a nossa firme convicção na defesa dos superiores interesses dos nossos concidadãos, tanto na diáspora como no Território Nacional.

Muito obrigado a todos.»

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — De seguida, convido o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, pela lista já está indicado que será o Sr. Deputado Raúl do Espírito Santo Cardoso a representar o grupo, para proferir a sua declaração.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — «Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, ilustres Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, povo de São Tomé e Príncipe: As cordeais saudações do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Continuamos no mês de Novembro, o mês da juventude, o mês da esperança, porque os jovens têm esperança no futuro melhor. Quis o destino, que neste mês de Novembro, mês do acordo de Argel, São Tomé e Príncipe se despedisse de um dos seus filhos, um nacionalista convicto e um dos políticos mais organizados que tive a oportunidade de conhecer, cujo nome ficará para sempre ligado ao movimento juvenil são-tomense que, em Novembro de 1974, se associou à luta pela independência do nosso país, o saudoso camarada Alcino Pinto.

As mensagens de condolências de todos os partidos, representados nesta Casa Parlamentar, reconheceram que uma das qualidades daquele que foi presidente da Assembleia Nacional, de 2012 a 2014, foi a sua capacidade de dialogar sempre em busca de consenso. Todos concluíram que o malgrado era um exímio construtor de pontes para o nosso entendimento sobre as grandes questões nacionais. Uma das formas de homenagearmos a sua memória é esforçarmo-nos para um constante e persistente diálogo, com o intuito de encontrarmos caminhos para libertar o nosso país e o nosso povo desta triste realidade que a todos nós devia envergonhar. Lamentavelmente, muitos de nós continuamos a agir vestindo as nossas camisolas partidárias, com agendas que não são nossas e muito menos do povo, ignorando e menosprezando o País real que é São Tomé e Príncipe.

Caras colegas Deputadas e caros colegas Deputados, continuamos a acreditar que o que nos une é muito superior àquilo que nos divide, que nos separa. São Tomé e Príncipe, a preservação da sua democracia e o seu desenvolvimento sustentável devem ser razões sublimes para nos unir.

Nos últimos dias, a Assembleia Nacional tem estado sobre escrutínio dos são-tomenses e não só, por causa da revisão de toda a legislação eleitoral. Uma matéria que, infelizmente, não conseguimos o consenso necessário. Os projectos de lei foram aprovados, na generalidade, no dia 13 de Novembro, mas, lamentavelmente, sem os votos favoráveis de todos os grupos parlamentares. No passado dia 18, a 1.ª Comissão Especializada Permanente, Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética, iniciou os trabalhos de discussão e votação, na especialidade, dos referidos projectos de lei, tendo convidado para o efeito os partidos sem assento parlamentar, os presidentes das Câmaras Distritais e personalidades ligadas às organizações de observação eleitoral. É de enaltecer que a Assembleia Nacional também criou todas as condições técnicas para permitir que a nossa diáspora pudesse estar a acompanhar os trabalhos da 1.ª Comissão, algo nunca visto na história da nossa Casa Parlamentar. Este exercício é um

ganho para todos nós e para a nossa democracia. Mas é preciso continuarmos este trabalho, com a presença de todos os grupos parlamentares. Ninguém deve continuar de fora. Não é possível pararmos este processo, sob o risco de sermos culpados e responsabilizados pela não realização do recenseamento eleitoral na nossa diáspora, condição *sine qua non* para a realização das eleições presidenciais no próximo ano, isto é, em 2021.

São Tomé e Príncipe é um Estado de Direito Democrático e, no quadro da nossa Constituição Política, os diplomas aprovados pela Assembleia Nacional só têm validade jurídica após a promulgação de Sua Excelência o Presidente da República e a sua publicação no *Diário da República*. À luz da nossa lei fundamental, o Presidente da República, se tiver dúvidas sobre a inconstitucionalidade de algum diploma ou artigos de um diploma aprovado pela Assembleia Nacional, solicitará ao Tribunal Constitucional a sua apreciação. Minhas senhoras e meus senhores, assim funciona um Estado de Direito Democrático, e ainda bem!

Srs. e Sras. Deputados, não é possível fazermos esta declaração política, sem nos referirmos ao mais recente caso de abuso sexual ocorrido em Portugal, onde um pai abusou sexualmente de suas próprias filhas, uma situação que, pelas informações vindas ao público, foi guardada a sete chaves pela mãe, esposa do suposto violador. Esta triste e vergonhosa situação é mais triste e vergonhosa ainda, quando o pai, procurando justificar o seu comportamento condenável e reprovável, informou às autoridades portuguesas que esta prática faz parte da cultura do povo de São Tomé e Príncipe. Um autêntico disparate! Um insulto a todos nós que temos orgulho em sermos são-tomenses! Tenho a certeza de que esta prática não tem nada a ver com a grande maioria de nós. Sobre esta questão o Governo reagiu e esteve bem, Sr. Ministro, mas não basta condenar o acto. O Governo deverá continuar a acompanhar a lamentável situação, mas, acima de tudo, deverá fazer tudo que estiver ao seu alcance para proteger as vítimas.

Minhas senhoras e meus senhores, temos vindo a assistir às realizações do XVII Governo Constitucional, algumas assombradas pela Covid-19, mas é preciso continuar a fazer mais, mais e mais, sem hesitação, com vista à criação de melhores condições de vida, para o nosso sacrificado povo. Sabemos que as nossas necessidades estão cada dia mais crescentes, perante o acelerado crescimento da nossa população. Perante este cenário, é preciso estabelecermos prioridades. A Covid-19 já veio a nos demonstrar que a saúde deve ser uma das prioridades para o nosso desenvolvimento. Nós, os Deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, acreditamos no XVII Governo Constitucional, liderado pelo Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Dr. Jorge Bom Jesus. O Governo não pode desviar a sua atenção daquilo que é essencial, servir o povo e criar as melhores condições para uma vida mais condigna para todos os são-tomenses. As propostas do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para o ano 2021 já foram entregues à Assembleia Nacional. A questão da retoma económica do País, com destaque para apoio aos empresários nacionais, a valorização de produtos nacionais e, conseqüentemente, a sua transformação, bem como apoio aos sectores afectados pela Covid-19, devem merecer particular atenção.

Para terminar, devo voltar a afirmar que todos somos poucos para os grandes desafios do nosso país. Este é o meu apelo. Vamos todos em conjunto definir a nossa meta, que é de salvar São Tomé e Príncipe e salvar o nosso futuro colectivo.

Muito obrigado, pela vossa atenção e um bem-haja a todos.»

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Por fim, convido o Sr. Líder Parlamentar do ADI, para proferir a sua declaração política.

Entretanto, houve corte de energia eléctrica.

Houve um interregno por causa do corte da energia. Portanto, convido o Sr. Líder Parlamentar do ADI a fazer a sua declaração política.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Obrigado, Sr. Presidente.

«Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, caras e caros são-tomenses: Neste mês de Novembro completamos 2 anos de Legislatura, dirigida por esta maioria, que não trouxe nada de novo para o País. A actual maioria resgatou velhos hábitos e velhas práticas, quer na gestão da coisa pública, quer no relacionamento institucional e, sobretudo, a forma como trata o adversário político e a própria população.

Nunca o País foi tão voltado ao descrédito, e as instituições tão maltratadas e desprezadas pelos próprios detentores do poder.

Factos: da entrega de um pacote de texto para Sua Excelência o Presidente da República promulgar, texto que não fora discutido pelos Deputados, recordando os 83 milhões de dólares para fazer face à Covid; da cacofonia entre o Governo e a Assembleia Nacional sobre a condução da política externa; da proposta dos projectos de lei do pacote eleitoral que fere a Constituição da República; das evidências do Tribunal

Constitucional, como extensão da estratégia político-partidária são, dentre outros, sinais inequívocos de que a banalidade e o descrédito tomaram conta das Instituições da República.

No sistema da Educação, conhece-se retrocessos. Neste sector, temos um Primeiro-Ministro, que fora Ministro da Educação e professor, uma Ministra da Educação, professora, mas limitam-se a reinauguração, ora das pinturas dos edifícios, ora de muro de vedação e, em vários casos, a inauguração, isso sim, de obras do anterior governo.

Em relação ao Sector da Saúde, este está pela hora da morte! Discursos sucedem discursos, enquanto no Hospital Ayres de Menezes falta tudo, desde um simples adesivo até medicamentos fundamentais para a recuperação de doentes.

No entanto, os 17 milhões de dólares do Fundo de Koweit, que deveriam servir para se modernizar o Hospital Central, transformando-o num hospital de referência a nível interno, passados 2 anos de governação, o que vimos foi apenas a prisão arbitrária do ex-Ministro das Finanças, Dr. Américo Ramos, e o povo vive orando e rezando para que males maiores não nos aconteçam. E que Deus nos oiça!

Na Defesa e Segurança, temos um Ministro que pensa que só pode ser dirigido a músculo e continua mentor de grandes teorias de conspiração da velha escola do partido único, onde todos são «*numigo mansu*». O que importa para o Governo é criar factos, amedrontar a população, e a via segue.

A Justiça, um dos maiores pilares da democracia, em qualquer Estado, infelizmente em São Tomé e Príncipe, aqui, os fazedores da justiça continuam a não deixar os seus créditos em mãos alheias. E saem em frente na violação da Constituição e demais leis. À vista de todos assiste-se os magistrados a promiscuir-se com a política, dando margens aos políticos para resolverem na justiça as questões de natureza política.

O País está aqui, o Governo está aqui, os sectores de segurança e defesa estão aqui! A justiça está aqui! O povo também está aqui a assistir! A criminalidade aumenta, a população vive assustada e as polícias limitam-se a realizar operações de cosmética. País real!

Para um grupo que se disse e que se diz defensor da liberdade e da democracia, o poder tem demonstrado que quer, pode e faz, seja por que meio for, ainda que seja contra a Constituição.

Consensos?!

Termos agentes paramilitares a 10 metros da residência do ex-Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, ou agente, ora seguindo, ora fazendo rondas e patrulhas, tempo em tempo, na casa do Secretário-geral do ADI, Américo Ramos, entre outros, demonstram-nos que o poder está mais preocupado em intimidar e silenciar os seus adversários, transformando-os em inimigos e a não dar atenção à sua verdadeira missão que é a de resolver os problemas da sociedade no seu todo e das populações.

Tem havido cortes sistemáticos do fornecimento da luz eléctrica, como aconteceu aqui agora mesmo. Um facto que serviu de mote para a prisão do ex-Director-geral da EMAE! Oxalá que a situação melhore, porque, queria eu dizer, a continuar assim, o actual Director da EMAE, não venha a conhecer a mesma sorte e beber do mesmo cálice.

Os preços aumentam, os serviços de inspecção não funcionam. E a população continua a assistir o custo de vida subindo vertiginosamente. O Governo continua a silenciar ADI na comunicação social e, enquanto isso, faz passar a ideia de que tudo vai bem na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Factos são factos, nesses 2 anos de governação, essa maioria não trouxe nada de novo e o País continua a degradar-se politicamente, economicamente, socialmente e culturalmente.

Obrigado a todos.»

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar sequência aos nossos trabalhos, com a intervenção das Sras. e Srs. Deputados que queiram participar neste período dos assuntos políticos de interesse relevante.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Técnicos e Funcionários desta Casa Parlamentar, bom dia.

A toda a Nação residente e na diáspora, que nos escuta, as minhas saudações.

Tomo, hoje, a palavra para me pronunciar sobre a revisão da Lei Eleitoral, ou seja, o pacote de Lei de Revisão Eleitoral. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este expediente é uma autêntica aberração. Esta negociata é uma futilidade, e das grandes! O País, Sr. Presidente, nunca irá se esquecer dessa sua irresponsabilidade.

Sr. Presidente, é lamentável, é triste e é um acto sobretudo de covardia, para um partido que se formara com o nome de Convergência Democrática, PCD, não está a convergir nenhum são-tomense, cá no País nem na diáspora, nem tão pouco está a ser democrata. A partir de hoje ou a partir deste expediente, chamarei a este partido «partido covarde de afundamento da democracia». E digo mais, Sr. Presidente da Assembleia Nacional, esta lei ou este pacote de leis será apelidado de revisão de pacote de lei «delfiniano», porque esta lei é sua, Sr. Presidente. O Sr. Presidente é o maior protagonista, promotor dessa iniciativa. Coitado do meu professor e colega Deputado, Danilson Cotú.

Meus senhores, ainda bem que a morte nos sorri a todos. E como já dizia Marcelo da Veiga: «havemos de nos encontrar».

O País, Sr. Presidente, bateu no fundo do poço. O Sr. Presidente da Assembleia Nacional, que havia dado início ao processo de limpeza da sua imagem pessoal, depois de várias situações, está tendo agora a oportunidade de a manchar mais ainda, com este pacote de lei. Sr. Presidente, essa sua convivência aos expedientes para a aprovação deste pacote de lei inconstitucional, repare, inconstitucional, «de barra», como se diz na gíria popular, ficará marcada na história deste país.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — *Ká fada iné!*

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Eu quero aqui parabenizar a atitude do Sr. Deputado, alguém que eu tenho alguma consideração, pelos seus conhecimentos académicos, Sr. Deputado Amaro Couto, por se ter demarcado publicamente sobre esta inconstitucionalidade de leis. Também não se podia esperar mais de uma pessoa, de um cidadão, de alguém que já foi assessor de um dos nossos antigos Presidentes da República, e que, se calhar, já tivera dado parecer sobre um expediente igual, à dada altura, em que o Presidente de então vetou a mesma intenção de lei. O Sr. Deputado está de parabéns. O senhor demonstrou-nos aqui que não é daqueles que rasgam diplomas. É, sim, uma pessoa sensata e gosta de usar a sua ciência acima de tudo.

Aplausos do ADI.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha indignação é ainda maior, quando eu olho para o Programa do XVII Governo Constitucional, que definiu quatro eixos fundamentais para orientar este país, em detrimento do outro governo que, na sua opinião, não estava a fazê-lo bem. Um dos eixos, que foi aqui escrito neste Programa, foi o aprofundamento do Estado de Direito Democrático, o primeiro eixo. Eu passo a citar algumas passagens deste Programa, que diz o seguinte: «*Reorganizar verdadeiramente o Estado no seu todo, fortalecer a democracia.*» Por isso é que digo que não há harmonia entre o grupo parlamentar do poder e o Governo, que escreveu este Programa. Não há harmonia!

Aplausos do ADI.

É uma autêntica incongruência. Não há sintonia, porque um Governo que escreve um programa deste e tem um grupo parlamentar a aprovar uma lei inconstitucional, uma lei que vem danificar a nossa democracia, não criar coesão, então, não há harmonia. E digo mais, numa das passagens ainda do Programa diz o seguinte: «*Em primeiro lugar, trata-se de os governantes respeitarem os direitos individuais e colectivos, colocando a Constituição e as leis acima da autoridade.*» O expediente que nós vimos aqui não está nada em consonância com o que está aqui escrito. Não há harmonia entre o XVII Governo e o grupo que o suporta.

Choca-me mais ainda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando eu me deparo com este manifesto eleitoral do Partido MLSTP. Passo só a citar algumas passagens deste manifesto. O ponto 7 diz o seguinte: «*Rever todos os actos institucionais e ilegais desse governo, do actual governo, que estava no poder. Acabar com o medo e a subalternização dos Tribunais.*» Não há harmonia!

Uma voz do ADI: — Muito bem!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Ainda nas propostas da Legislatura que o Governo dizia que tinha um programa baseado na visão de São Tomé e Príncipe 20/30, o ponto um dizia: “*Reforçar o Estado de direito democrático da justiça, das liberdades individuais e a coesão social.*”

Que coesão social quer a nova maioria, se vai excluir os cidadãos são-tomenses e um deles, o maior filho de um dos maiores combatentes da independência nacional!

O Sr. **Maiquel Espírito Santo**: — Quem é?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Um deles! Todos vós sabeis!

Cidadãos nossos que nasceram, por esta, ou por outra situação, no estrangeiro, com esta lei, não poderão fazer parte do pacote das eleições, e serem eleitos, se assim quiserem.

Só para terminar, e como se trata da diáspora, ainda numa das passagens deste manifesto, dizia assim: «*Inclusão da diáspora em todo o processo e do desenvolvimento do País.* Onde é que está a harmonia, Srs. Deputados? Se o manifesto diz que queriam criar condições para haver inclusão de toda a diáspora, por que carga de água havemos de aprovar uma lei que está mais é a excluí-los de dar a sua participação?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Dias.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu peço a palavra para falar da violência e abuso sexual de menores. Comemorou-se ontem, 25 de Novembro, o dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres. Num dos discursos, hoje, tidos cá, falou-se da violação de menores. Sr. Presidente, nós, nos últimos tempos, há umas sessões para cá, vimos falando todos os dias da questão de violação de menores, de violência doméstica, do aumento de casos de violência doméstica; aprovámos, e deve estar na 1ª Comissão, a actualização do Código Penal, para ver se acabamos, de uma vez por todas, com essa questão que eu acho difícil, mas que, entretanto, cada dia que passa, vamos ouvindo sempre: violação, violação, violação e não temos resultados, não temos condenações. O número é bastante assustador, Sr. Presidente.

Os violadores agora arranjam outras formas também, não só as raparigas, como também começaram a violar os rapazes. Que futuro essas mesmas crianças, bebés, adolescentes e jovens terão daqui para frente? São crianças que são violadas desde tenra idade, não têm um seguimento, porque não há condições no País para dar seguimento a essas crianças, grande parte das vezes continuam a conviver com os violadores, o número de casos que são registados ou que são oficiais, que vão à Procuradoria-Geral da República, um número muito reduzido, é que chega à condenação, mas a condenação, às vezes também, os próprios familiares vão negociar, digamos assim, com os violadores.

Não podemos continuar, impávidos e serenos, a seguir esse processo e não fazer nada. Temos que fazer alguma coisa para defendermos as nossas crianças. Está sendo muito difícil, sim, está sendo, mas temos que.

Sr. Ministro, gostaria que fosse o nosso porta-voz aqui e informasse a Sra. Ministra da Justiça que os casos de violação não podem levar muito tempo para serem resolvidos. Temos que agir imediatamente contra isso. E mais, todo mundo fala de direitos humanos, desculpem Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Se olharmos bem para o futuro das nossas crianças, o que vamos ter daqui a 10, 15, 20 anos? Crianças com problemas psíquicos, com má formação, tudo isso. Acho que temos mesmo, se for para chegar até ao extremo, que introduzir a questão de castração química.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Eurídice Semedo Medeiros.

A Sra. **Eurídice Medeiros** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Caras Deputadas, Caros Deputados, Técnicos da Casa Parlamentar, todo o povo são-tomense que nos assiste neste momento, e os que estão na diáspora, bom dia.

Tomo a palavra, pela primeira vez, nesta Magna Assembleia, para falar em nome do povo. Não quero que vejam que é a Sra. Deputada Eurídice Semedo Medeiros que está a falar, mas sim o povo, para trazer uma mensagem bastante preocupante, e não digo preocupante pelos casos que têm vindo a acontecer recentemente, mas sim ao longo dos anos.

Falo concretamente do nosso sistema de Saúde. Paramos e dizemos que é triste, é lamentável, é vergonhoso, mas vamos continuar a dizer isso até quando? Vamos continuar a lamentar até quando, enquanto as pessoas morrem, não têm os cuidados necessários? Quantos de nós aqui presentes, e não só, não temos um amigo ou familiar que já não pode viver em São Tomé e Príncipe, porque não temos um sistema de hemodiálise? Se calhar todos temos e dizemos que é triste, é lamentável, é vergonhoso continuarmos com este sistema de Saúde, mas vamos continuar a dizer isso até quando? Então, hoje, ergo a minha voz em nome do povo para dizer, basta! Gostaria que todos aqui presentes, todos nós são-tomenses nos uníssemos, pelo menos uma vez, por esta causa.

Aplausos.

A saúde, a vida não tem preço. Seja ela do Presidente da República, dos ministros, de uma *palaiê*, de um carpinteiro, todas as vidas valem! Unamo-nos e digamos todos, hoje, basta! Exigimos um melhor sistema de saúde em São Tomé e Príncipe!

Aplausos.

Queremos condições dignas para as pessoas serem tratadas.

Não queremos famílias desintegradas, porque têm que ir a Portugal e não virem mais a São Tomé, porque não têm como fazer hemodiálise aqui.

Tenho um colega que os familiares tiveram que ficar em Portugal e não podem vir e ele me diz, se calhar daqui a 2 anos vamos ter um equipamento de hemodiálise, mas isso já passou 5, 10, 15, 20 anos e não temos. Vamos continuar assim até quando?

A saúde, a vida não tem preço! Digamos todos: basta! Queremos e exigimos um melhor sistema de saúde em São Tomé e Príncipe!

Obrigada pela atenção.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sras. e Srs. Deputados, Caros Técnicos desta Casa Parlamentar, bom dia.

Ouvindo as duas intervenções que me antecederam, senti-me um pouco ultrapassada, mas se tratando de um assunto que requer reflexão de todos nós, que façamos alguma coisa por isso. Aceitei vir outra vez aqui a este pódio para reforçar esta questão.

Primeiramente, como já foi dito aqui nas intervenções dos líderes dos partidos políticos, perdemos um grande homem, o nosso camarada Alcino Pinto, que não tinha uma dimensão apenas partidária, era um nacionalista convicto, era um património são-tomense. Alcino Pinto morreu!

Questionamos, se tivéssemos uma ambulância com todas as condições de apetrecho, quando lhe foram prestar os primeiros socorros, ele teria morrido? O que teria faltado?

Isso também nos ensina que nem sempre temos a possibilidade para pegar num avião e sair. É necessário que tenhamos as condições criadas no País, porque há momento em que não se consegue fazer nada.

Não sabemos se a ambulância que foi prestar os primeiros socorros ao Alcino Pinto tinha as mínimas condições para garantir esses primeiros socorros lá onde estava, antes de chegar ao hospital.

Tinha levantado esta questão quando morreu o ex-Presidente do Tribunal de Contas e se olharmos para aqui muita gente do povo também está nestas condições. É o momento de começarmos a pensar seriamente no sistema de Saúde. Pensar em melhorar as condições do nosso hospital, pensar em ter ambulâncias que possam garantir os primeiros socorros, de modo que quando as coisas acontecem, quando as ambulâncias chegam possam de facto garantir os primeiros socorros. Quem sabem podemos evitar perdas de vida...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Bons especialistas...

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — A Sra. Deputada Beatriz Azevedo fala também de especialistas, julgo que já é tempo para começarmos a dar maior atenção também aos nossos médicos. Temos grande parte dos médicos que são de medicina geral, há alguns que já começam a especializar-se, mas acho que deve constituir prioridade para o País começar a especializar médicos, para que a gente possa melhorar essas condições.

A Sra. Deputada Eurídice Semedo falou da questão de hemodiálise. Na última sessão plenária, eu tinha colocado esta preocupação e muito recentemente, como todos acompanharam, houve um caso de alguém, que foi minha aluna na Universidade Lusíada, que estava à porta da morte, porque lhe parou os rins e nós aqui não temos as condições para se fazer a hemodiálise. Teve que vir um avião de emergência para a levar para Angola. Dizem que já está fora de perigo, porque começou a fazer hemodiálise ainda aqui no País, antes mesmo de entrar no avião. Ou seja, tudo isso nos recorre a pensar sinceramente em termos aqui um aparelho de hemodiálise. Reforço isso, porque a questão de saúde é muito, muito preocupante e é algo que tem que dizer respeito a todos nós, porque todos precisamos de ter uma saúde e todos devemos priorizar a questão da saúde.

Sr. Presidente, ontem, como dizia a Sra. Deputada Cristina Dias, foi o dia de luta contra todas as formas de discriminação contra as mulheres. Em São Tomé e Príncipe, o Estado subscreveu esta Convenção para eliminação de todas as formas de discriminação, e no seu artigo 2.º diz o seguinte: «Os Estados Partes condenam a discriminação contra as mulheres, sob todas as suas formas, e acordam em prosseguir todos os meios apropriados para eliminar todas as formas de discriminação.» São Tomé e Príncipe subscreveu isso. Portanto, a questão não está só em subscrevermos as leis, a questão está em implementarmos e trabalharmos na perspectiva de acabar com essa discriminação.

O caso que está a fazer eco, que aconteceu em Portugal, merece ser condenado por todos nós. Não é possível dizer que violar uma criança é uma questão de cultura são-tomense! O que é isso de ser cultura são-tomense? Os homens podem violar os seus filhos e dizer que é uma cultura são-tomense? Isto é algo repudiável, condenável, porque não faz parte da cultura são-tomense. Temos que fazer tudo para evitar que coisas dessas aconteçam.

É uma imagem muito negativa que se passou do País além fronteira, porque os outros que ouviram esse senhor a falar podem pensar que de facto isso é de cultura são-tomense.

Por isso, quero juntar a minha voz a todas as vozes que condenaram este processo, para que juntos possamos trabalhar na perspectiva de acabar com isso. Isso é uma forma de discriminação também contra

as mulheres. Dizem que a filha mais nova de 13 anos está grávida do pai. Que futuro terá essa criança? Temos que pensar em tudo isso, porque isso nos atinge a todos. Estamos a construir uma sociedade em que não sabemos qual será o futuro das nossas crianças. Isso constitui uma frustração para toda a vida, por isso temos que pensar desde agora. Não só fazer a lei, mas fazer com que essas leis sejam implementadas. Sei que estamos agora a aprovar um pacote de lei, já se falou desse caso aqui, mas ao aprovar esta lei tem-se que ajudar, para que essa lei seja implementada.

Sr. Presidente, estando no uso da palavra, não posso também deixar de falar sobre a questão da Nova Lei Eleitoral. Desde o início chamamos atenção para que leis como essa fossem consensuais. É uma lei que briga com todos nós, uma lei eleitoral, envolveu-se a participação da diáspora neste processo e temos estado a acompanhar. Sabemos que há muitas coisas que estão sendo questionadas. É necessário sentarmos todos, através do diálogo, e encontrarmos forma para ultrapassar o problema da inconstitucionalidade que aparece nesta lei. Somos os legisladores, os fazedores das leis. Não podemos fazer leis que sejam inconstitucionais. Se há algum problema, vamos nos sentar todos, vamos eliminar tudo que é inconstitucionalidade, para que possamos prosseguir, para que tenhamos uma lei que possa de facto responder às necessidades de todos os são-tomenses.

É com isso que gostaria de pedir o consenso de todos, para que junto possamos ultrapassar esses problemas.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos, bom dia.

Antes de mais, gostaria de endereçar voto de pesar, para demonstrar a minha consternação pelo falecimento do Dr. Alcino Pinto. Enquanto Presidente da Assembleia Nacional, tive o privilégio de trabalhar com ele na Mesa da Assembleia. Independentemente do momento, de não ser do meu partido político, ele tentou levar os trabalhos da Assembleia com zelo e dedicação.

Depois das três intervenções que me antecederam, sinto-me muito esvaziada, porque os temas de interesses políticos relevantes nas últimas duas semanas têm sido quase os mesmos. Não viria falar de coisa muito extraordinária, mas queria deixar aqui também, neste púlpito, o meu ponto de vista e a minha contribuição para esses factores.

Com relação ao pai que violou as filhas, também quero juntar a minha voz a todas outras que me antecederam, as instituições, o meu partido também condenou, mas eu Celmira, como mulher são-tomense, como mãe, quero condenar com muita veemência este facto. Não é cultural, nunca seria, mas é verdade também que podemos perguntar, se fosse em São Tomé e Príncipe, o que lhe aconteceria? Não será que houve casos idênticos? A 5.ª Comissão não foi para a Cadeia Central? Foi. Quantos já violaram e quantos lá estão a cumprir a pena por isso? Deixo para reflexão.

Outra situação é a exposição da família, condeno também. Essa exposição da família é condenável.

A saúde também é uma questão muito relevante, muito debatida. Ultimamente temos vindo a ter perdas e mais perdas de personalidades. Já não é questão realmente, como dizia a Sra. Deputada Maria das Neves, de subir um avião, já não é questão de ter meios. É uma questão muito mais profunda. A saúde nacional está doente, as pessoas estão doentes, a instituição Saúde está doente, e não é porque houve esses casos. Para os que já me ouviram, sabem sempre que na minha intervenção primo muito pela saúde, não é de hoje. Mas vamos ficar nessa lamentação? Vamos perdendo pessoas e a lamentar? Perdemos Alcino Pinto, o meu amigo, vamos ficar a chorar? Quando Celmira morre vão ter que chorar e fica nisso mesmo? Minha gente, a questão é muito profunda.

Vi um *post* completo de um jovem, na diáspora, Milo Tiny, o jovem falava com muita convicção que se pode resolver essa questão de saúde de raiz. Ele até diz já ter falado com alguns dirigentes, dizia na altura que iria passar o seu contacto. Minha gente, todas as contribuições nesta altura são necessárias. Vamos ouvir o rapaz! Às tantas ele tem uma solução, tem pessoas de referência. Vamos todos, mas de mãos dadas, tentar ver se, de uma vez por todas, conseguimos ter no País um hospital de referência, não nos esquecendo da Região Autónoma do Príncipe, que está como está.

A Comissão esteve na Região, viajávamos no dia seguinte, no dia anterior tinha que ir um avião fretado, sei lá quanto, para trazer um doente. Quantos e quantos outros doentes não viajaram nessa situação? Vamos todos, de ânimo-leve, sem ver para questões políticas e partidárias, vamos ver pela saúde e tentar resolver a situação de uma vez por todas, não nos esquecendo do Governo do Koweit, sem politiquice no meio, que se disponibilizou em patrocinar, em ajudar, para conseguirmos a melhoria no nosso Centro Hospitalar.

Governo, por favor, o que está mal, vamos deixar para traz! Vamos tentar recuperar esse valor do Koweit que ainda está à nossa disposição, sem politiquice, por favor!

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Casa Parlamentar, bom dia.

Tomo a palavra para abordar duas questões.

A primeira é para informar que a 3.^a Comissão efectuou uma visita às instalações da ACASTEP e gostaria de dizer que a situação desses nossos compatriotas também não está muito fácil. Disseram-nos que atravessam situações de vária ordem. Fizeram referência à Lei 7/2012, Lei de Base de Pessoas com Deficiência, pediram-nos para advogar na defesa dos mesmos, no sentido de o Governo fazer o que for possível para a implementação desta Lei de Base.

Outra questão tem a ver com a transferência da verba a que eles têm direito. Está no Orçamento, mas essa transferência não é feita com regularidade. Entendemos que se de facto as pessoas que estão em melhores condições passam por situação difíceis, para esses nossos compatriotas a situação é ainda muito mais complicada.

Falaram da questão da educação, da saúde, em que não são muito bem atendidos. Daí que gostaríamos que a nível da educação e saúde desse uma atenção particular também a esses nossos compatriotas.

Outra questão que me traz aqui tem a ver com a questão que já foi aflorada pelos grupos parlamentares. O Grupo Parlamentar da Coligação fez referência a isso, o MLSTP/PSD também, tal como do ADI, é a situação da Saúde. A situação da Saúde é tão gritante que o próprio Director fez uma radiografia péssima da situação do Hospital Ayres de Menezes. Nós todos ouvimos, há uma semana e pouco, o próprio Director lamentar que a situação está muito difícil.

Muitas vezes, quando se fala sobre determinados assuntos, é sempre tomado como politiquice, mas, se calhar, já está à vista de todos que a situação é gravíssima e que é preciso todos fazermos o que for possível. Não se trata apenas da situação do Hospital Ayres de Menezes. Todos os centros de Saúde e postos sanitários estão com problema em São Tomé e Príncipe, todos. Falta quase tudo nos centros de Saúde e nos postos sanitários.

Acho que já está a tempo de começarmos a encarar esses assuntos com mais seriedade, porque muitas vezes quando se está na oposição é o que se vê e quando se assume o poder é o que depois se passa a ver.

Como dizia um dos nossos intervenientes, as promessas eleitorais, duramente as campanhas, são para serem cumpridas. E prometeu-se melhorar tudo, dar volta por cima de tudo, e o que estamos a assistir é que se calhar as coisas estão a piorar, e isso é extremamente grave.

Ainda com relação à saúde, Sr. Presidente, Sr. Ministro, o Grupo Parlamentar do ADI pediu uma visita ao Hospital, aliás, mesmo antes do Director do Hospital fazer a radiografia, porque já tínhamos informações de que a situação lá era muito complicada, e continua a ser.

Era necessário irmos lá para podermos observar *in loco* a situação do Hospital Dr. Ayres de Menezes. No entanto, até agora, o Governo não respondeu ao nosso pedido de visita. É para isso que serve a oposição. Um dos papéis do Deputado é fiscalizar, e estamos a querer exercer esse nosso dever, nosso direito de fiscalização, mas está a ser-nos vedado. Daí que acho que o Governo deve, o mais breve possível, reagir em relação a essas questões. Pedimos visitas, é preciso que o Governo nos diga o que se passa, por que é que não permite que o Grupo Parlamentar do ADI faça visita aos Centros de Saúde e também aos outros sectores.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Rita.

O Sr. **Maurício Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, caros técnicos, povo de São Tomé, bom dia.

O que me traz cá a esta Magna Assembleia é para também,...

Uma Voz: — e Príncipe...

O Sr. **Maurício Rita** (MLSTP/PSD): — ... A Região Autónoma do Príncipe já me escuta e tenho muito apreço pelo Príncipe. O meu muito bom dia à Região Autónoma do Príncipe.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Trago comigo a mensagem do povo, mas antes de a passar, quero felicitar a pessoa de Sua Excelência o Presidente, por tudo que fez pelo acto fúnebre do camarada Alcino Pinto, da parte da Assembleia, e também felicitar o meu Partido MLSTP/PSD, que muito se empenhou para o seu acto fúnebre, e o povo de São Tomé. O meu muito obrigado e os meus sentimentos.

O povo de São Tomé pede-me para passar uma mensagem que diz o seguinte: «Sr. Dr. Jorge Bom Jesus, quero felicitá-lo, enquanto o Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, e dizer-lhe que não se hesite. O senhor herdou um país falido e quem o faliu se foi. O senhor tem feito tudo para que este país consiga

erguer-se da melhor maneira possível. Por todas as dificuldades que tem passado, rezamos a cada dia para que tenha êxito na sua governação.

As dificuldades são tantas e sabemos que tudo tem feito para as ultrapassar.

Estamos consigo, Sr. Dr. Jorge Bom Jesus.

Um bem-haja a todos!»

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos, bom dia.

Eu peço a palavra para trazer para aqui duas preocupações relevantes. Uma delas, eu sinto-me bastante ultrapassada com relação à questão da Saúde. Embora ultrapassada, eu gostaria de deixar aqui uma pergunta. Eu, antes de sair do meu lugar para vir para aqui para este púlpito, tive que fazer um esforço para recuperar forças, quando ouvi falar da Saúde. Neste momento, sinto-me emocionada, porque eu vivi situações difíceis, com relação ao Sector da Saúde. Eu felicito a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que fizeram referência à questão da Saúde, porque eu já havia dito nesta Sala que a situação da Saúde está péssima. Tem morrido gente! Não me venham com outra conversa.

Eu gostaria de deixar aqui bem clara uma pergunta: o que é que serviu o ódio, o rancor, o bel-prazer de prender o cidadão Américo? Serviu para quê? Para fazer morrer gente? Para ter gente no hospital sem oxigénio? Para andarem de um lado para outro à procura de uma aspirina? É isto? Por favor, deixem de ódio! São Tomé e Príncipe não vai sair de onde está, se não deixarem o ódio. Quanto à Saúde, eu paro aqui, porque eu tenho muito para falar. Deixem de ódio! Ainda mais, recordei-me agora de uma passagem em que alguém, no hospital, até disse: quando começar a morrer políticos, quando começar a morrer os ministros e o Presidente da República, aí vão passar a ter cuidado e respeito com o hospital. Eu deixo isso para reflectirem. Foi dito!

Com relação a outra preocupação, estamos no mês da juventude, que é o mês de Novembro, falamos muito da juventude, juventude, na legislatura pareceu-me que estavam muito preocupados com a juventude, mas a situação persiste.

Quando alguém, uma jovem é convidada para ser entrevistada para conseguir um emprego, ela foi sujeita a uma pergunta: Tu és de que partido? Eu sou do ADI. Então, não tens como. É melhor regressar para casa.

Murmúrios.

Eu posso continuar, Srs. Deputados? Eu não concluí a minha intervenção, deixem-me continuar! Por isso, gostaria de dizer, nós não podemos passar o tempo a conjugar o verbo no passado. Se entraram para fazer melhor, então, que façam o melhor! Não me venham com essa conversa, porque fui, porque foi! Não! Não entraram para isto! Não estão no poder para isto! Por isso, eu gostaria de pedir, se entraram, porque entenderam que as coisas não estavam bem, entraram para fazer melhor. Então, façam o vosso melhor!

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos, povo de São Tomé, que nos acompanha, bom dia.

Como gosto de dizer, que a paz esteja sempre connosco!

Sr. Presidente, eu trago quatro pontos, mas eu vou guardar três para outro momento e cingir-me só a um, para enfatizar diversas intervenções que já passaram por aqui. Mas trago de forma diferente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, principalmente Srs. Deputados, nós somos fazedores da lei. Estamos a criticar muito o sistema de Saúde. Está mal? Está sim! Mas há uma coisa: vem aí o Orçamento Geral do Estado, vamos todos parar, pensar e trabalhar, nas Comissões, e ficarmos presos às senhas, seriamente nas propostas, para melhorarmos o sistema de Saúde.

Em jeito de desafio, qual Deputado estaria em condições de dar 10% do seu salário para contribuímos nisso? É desafio!

Sr. Presidente, fui também para o hospital, para fazer fisioterapia, descobri que tem falta de muitos aparelhos. Eu procurei saber quanto mais ou menos pode custar esse ou aquele aparelho? Há aparelhos lá que só custam, por exemplo, 420 a 500 euros. Aí, fica o desafio, para os ministros, especificamente ao Ministro de Saúde e ao Primeiro-Ministro. Quando viajam, procurem saber o que falta. Isso pode ajudar.

Dirijo-me às Sras. e aos Srs. Deputados, porque aqui tem Deputados que, para além de serem Deputados, fazem outras coisas! Logo, têm algum acréscimo no seu final do mês e podem também contribuir para comprarmos isso ou aquilo que falta.

Murmúrios.

Atenção, Srs. Deputados! O País é de todos nós. Para além da crítica e o basta que a Sra. Deputada aqui referiu, eu concordo com o basta, não precisamos de nos unir somente na conversa.

Eu quero dizer aqui que eu gosto do crioulo forro e há uma música com um certo ditado que diz, como se fosse apelo, «*San Justina da mu lekádu pa'n dá sun: nguê ku tê família ná ká vôlô baté kloçon fá!*» Então, todos nós temos família. Todos podemos passar por esta ou aquela situação. Se decidirmos o «basta», que o momento é agora, façamos valer o momento que é agora.

Vou reforçar, vem o Orçamento. Então, vamos sentar e trabalhar. Esta situação pode começar a ser melhorada agora. Cada um de nós aqui sabe o que é que precisa de ser feito para melhorar o sistema de Saúde. Estar à espera, «quando eu estiver no poder, vou procurar», às vezes vai preocupar-se com questões políticas, questões que em nada contribuem para o sistema de Saúde, tirando vantagens desnecessárias para, quando estiver na posição contrária tecer essas considerações.

São Tomé e Príncipe precisa de nós, não somente no poder ou na oposição.

Precisa de nós na vida real! Não é de ficção, não é de conversa à toa!

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Maiquel Espírito Santo, pela brilhante intervenção, chamada de atenção e conselho aqui endereçado a todos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos, boa tarde.

Eu fiquei triste com algumas intervenções que me antecederam.

Não estou contra essas intervenções, elas são boas. A situação não está boa de facto. Mas será que só o poder vai melhorar a situação? Não há contribuição? As coisas não estão boas de facto, mas este Governo de 2 anos, eu pergunto, é que tem toda culpa por essas situações? Meus senhores, sejamos sérios! O que estou a ver é que o País já está a criar fronteira terrestre.

Risos gerais.

Eu estou a dizer! Só falta guerra entre os são-tomenses. Pelo que eu estou a ver aqui, só está a faltar guerra. É ódio, é inveja...

Murmúrios.

Sim! Só está a faltar guerra, porque, um país não pode desenvolver dessa forma! Conforme as intervenções que estão a ser feitas, meus senhores, é mau!

Murmúrios gerais.

Para já, a intervenção do Líder do ADI faz um indivíduo que contribui para o País deixar de contribuir. É triste! Quando é que o Governo recebeu 83 milhões de dólares? Eu nunca ouvi! Aqui o senhor não pode trazer mentira para ter razão. Oh senhor, traga coisas verdadeiras para o povo! Nós sabemos que a coisa está mal!

Murmúrios do ADI.

Quando é que se recebeu 83 milhões? Eu nunca ouvi!

Sr. Presidente, o que nos está a faltar é a contribuição de todos. O País vai, mas a ambição de poder e política pelo poder está a rebentar com isso. Há indivíduo que quer ir para o poder já! Vocês têm de esperar a vossa vez! Deixem o Governo dirigir durante 4 anos. Se o povo apostar em vocês, vocês irão para o poder.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Abnildo está a pedir a palavra, mas só tem 22 segundos. Eu confesso que lhe corto aos 22 segundos...

Murmúrios do ADI.

...porque, no início, já lhe demos muito mais.

Murmúrios e risos.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, com os 22 segundos que tenho, venho dirigir-me ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, secundando, obviamente, a intervenção do meu colega José António Miguel. Nós, o Grupo Parlamentar do ADI, fizemos um pedido ao Governo, já se passaram duas semanas e não temos respostas. A oposição precisa de fazer o seu trabalho. Nós precisamos visitar os sectores e as entidades que nós solicitámos.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar da Coligação.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, na qualidade de proponente do pacote eleitoral, eu tinha que vir aqui. Eu venho, Sr. Presidente, porque o nosso país é *sui generis*. Depois da eleição nos Estados Unidos, fiquei com a sensação de que se está a tornar moda o pessoal apontar fraude, apontar isso, apontar aquilo, seguindo o senhor Trump, mas os de São Tomé e Príncipe estão a incorporar a moda de falar em inconstitucionalidade. Disseram que o projecto é inconstitucional. Disseram coisas que me deixaram preocupado, tendo em conta que foi revelador de um facto simples, não estão a acompanhar os trabalhos.

Os de cá, Sr. Presidente, lamentam, mas caem no ridículo ao falar de inconstitucionalidade de algo que já foi corrigido na Comissão, ao nível da especialidade. Triste, triste, muito triste!

Mas gostaria de dizer ao Sr. Presidente e às Sras. e Srs. Deputados que não basta, no nosso entender, apontar inconstitucionalidade, apontar irregularidades. O fundamental é contribuir para se alterar isto. Dissemos aqui que estamos abertos para toda e qualquer contribuição das Sras. e Srs. Deputados, para mudar o que acharem que está inconstitucional, e essa abertura continua. Estamos disponíveis para isso.

Veio aqui um Sr. Deputado, tenho mesmo que falar disto, por dois motivos: primeiro, eu sou Presidente do PCD e tenho que dizer ao Sr. Deputado: aberração e futilidade, às vezes, é a nossa postura intelectual. Eu podia adjectivar também o seu partido de alguma forma: *acção ditatorial dos insanos*, chamar o partido os *desonestos intelectuais*, mas eu não o faço, em respeito a algumas pessoas daquele partido que merecem de mim maior elevação e respeito.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Talvez, obrigado.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — É triste constatar mais uma vez que o Deputado não tem noção do trabalho que se está a passar a nível da Comissão. Vá! Tem a palavra, só não pode votar!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Temos vergonha de lá ir.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Se tivessem vergonha, teriam assumido uma outra postura ao nível nacional. Mas, enfim!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Violador da Constituição!

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Continua!

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Nós, o PCD, estamos e vamos continuar, Sr. Presidente, povo de São Tomé e Príncipe, apostados num aspecto fundamental. Vamos continuar a servir o povo de São Tomé e Príncipe. Nós temos, sim, o Senhor como o nosso guia, Deus Pai Criador. Nós não vamos servir a nenhum cidadão de forma isolada. Nós não vamos bajular figuras, seja quem for. O nosso povo é que nós bajulamos.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Muito rapidamente, Sr. Presidente, para dizer em relação à questão de saúde...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Acabou o seu tempo.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — ...eu o fiz aqui, na declaração política.

Sr. Presidente, o MLSTP/PSD vai dar-me 1 minuto, muito obrigado, Sr. Deputado.

Temos que admitir aqui, isto eu admito, que a situação da Saúde não é a desejada. Não é! No entanto, não sejamos inconsequentes, tentando imputar agora ao actual Executivo toda a desgraça da Saúde. É

algo que vem. Agora, temos que tudo fazer para alterar? Sim! Temos que fazer. Temos que trabalhar para mudar, porque não pode continuar como vem. Mas não imputem a responsabilidade a este Executivo, porque nós não estaríamos a ser intelectualmente honestos, se bem que certo sector deste Parlamento é desonesto intelectualmente.

Uma última nota, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a questão da necessidade de infra-estruturas é importante para o Sector da Saúde, mas eu tenho insistência na necessidade de darmos uma particular atenção aos recursos humanos. Alguém falou aqui dos médicos. Vou mais longe, os enfermeiros e todo o pessoal da acção médica. Temos que os motivar, para que possam trabalhar mais e melhor para o povo de São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, as minhas saudações.

Estou um pouco interpelado pelas preocupações na área da Saúde. Gostaria de dizer que é um sector como qualquer outro, mas ainda este preocupa-nos a todos, enquanto cidadãos, antes de ser responsáveis aqui nesta Sala. Efectivamente, é de se reconhecer que a situação da Saúde não está boa, mas também nós devemos ver que o que está hoje na Saúde é o acumular de assuntos que já vêm de décadas atrás.

E constatando isso, torna-se necessário que a Saúde se torne um assunto ou uma área de consenso nacional. Nós deveríamos sentar, não sei, para uma ampla concertação e encontrar respostas comuns para se ultrapassar todos os problemas da Saúde. É verdade que há elementos que anunciam alguma perspectiva, mas o País tem que ajuntar as suas forças, para encontrar saídas consensuais e resolver, de uma vez por todas, e apontar pistas que possam orientar para solução a esses problemas da Saúde.

O Grupo Parlamentar do ADI pediu-nos 1 minuto, vamos conceder-lhe 1 minuto.

Aplausos.

O Sr. **Maiquel do Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Aprende com ele!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, ouvi aqui muitas reclamações, registei com agrado, apreço e preocupação: a questão de Saúde, o Fundo do Koweit. É preciso todos nós estarmos cientes da situação. Quando este Governo chegou ao poder, dossiê Koweit, zero, documentações, zero! Ele está a ser reconstituído de raiz.

Uma Voz do ADI: — É mentira! Mentiroso!

Murmúrios.

Daí a demora em todo este assunto, mas ele está devidamente bastante avançado. Ele vai entrar em operacionalidade rapidamente, mas tenham paciência! Se o governo cessante tivesse deixado toda a documentação, não teríamos tido a necessidade da sua reconstituição. Estamos de acordo, sim. Precisamos de melhorar bastante na área de Saúde, mas não podemos melhorá-la, caindo do céu. Não! É preciso com acções muito concretas.

Muito obrigado, não vou gastar muito tempo.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, quero, primeiramente, agradecer ao Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, através do seu Líder, por me ter concedido 1 minuto, para fazer esta intervenção.

É justamente para chamar atenção ao Governo em relação à questão da Saúde. É claro que, neste momento, para a Região Autónoma do Príncipe, temos um bloco operatório na fase de conclusão. Eu, por acaso, ainda não li o Orçamento, estou a ler o Programa, não sei se está incluído dotações para a sua conclusão. Daí que chamo atenção ao Governo para poder ter atenção a isso, caso não esteja incluído. Peço a todos os Deputados que possamos, em consenso, de uma vez para sempre, encontrar verbas para a conclusão daquela bloco, que tanta falta faz à Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos, boa tarde a todos.

Depois de todas as intervenções aqui feitas sobre o Sector da Saúde, todos nós reconhecemos que não está bem. O diagnóstico está feito. É preciso, também foi dito aqui, nós juntarmos as mãos, para ver como resolver.

Eu vou citar só um exemplo que assisti ontem. Trata-se da evacuação da senhora para Angola. O avião que veio de Angola não era um avião ambulância. Era um avião normal. Mas, devido às circunstâncias e a urgência, lá em Angola, puseram equipamentos, adaptaram o avião para poder transportar a senhora. Nós, aqui em São Tomé, temos condições para fazer isso. Temos equipamentos.

Estou a falar disso, para que o Governo tome nota. Quando houver uma situação de emergência, vamos adaptar o avião que temos aqui. Temos o monitor, o ventilador e oxigénio, temos quase tudo, para essas situações. Temos médicos. Agora temos a equipa cubana que está aqui, com médicos e enfermeiros intensivistas. Por isso, eu queria apelar para nós nos juntarmos e tentarmos resolver a situação.

Nesse problema, não podemos excluir ninguém, porque isso pode tocar a qualquer um. Cada um tem que dar a sua contribuição, para ver como é que podemos sair dessa situação em que nós nos encontramos em termos de saúde.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Ana Rita.

Não temos mais inscritos, portanto, vamos encerrar esta fase do processo.

Temos quatro pontos da ordem do dia, peço ao Sr. Secretário para anunciar os pontos, que vamos começar a analisá-los de imediato.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, na agenda dos trabalhos constam, como já foi assim anunciado, quatro pontos da ordem do dia. O primeiro trata-se da eleição de um Juiz Conselheiro para o Tribunal Constitucional. Este assunto será aprovado através de voto secreto e depois, em forma de deliberação, segundo os dados que constam, será aprovado o Projecto de Resolução n.º 74/XI/5.ª/2020.

No segundo ponto, teremos também a constituição da nova Comissão Eleitoral, relativamente ao Presidente e o Secretário, será por voto secreto. A indicação dos membros foi feita pelos partidos políticos, depois farão parte na composição, no Projecto de Resolução n.º 75/XI/5.ª/2020, que será aprovado.

No terceiro, temos o Projecto de Resolução n.º 76/XI/5ª/2020, que autoriza as Comissões Parlamentares a realizarem reuniões semi-presenciais. Já tínhamos aprovado esse projecto de resolução com um limite de tempo e expirou. Para que essas reuniões continuem, é preciso que o Plenário delibere, porque ultrapassou o tempo que foi concedido na altura.

Por último, teremos a votação e discussão do orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico 2021, que será também aprovado, se assim for, através do Projecto de Resolução n.º 77/XI/5.ª/2020.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Secretário, pela exposição feita.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o Conselho de Administração propõe a supressão do ponto 4, com relação ao orçamento da Assembleia, atendendo que estivemos a fechar alguns detalhes e não conseguimos concluir a tempo de distribuir aos Grupos Parlamentares e nem mesmo para a publicação.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, enquanto membro do Conselho da Administração. Sendo o Conselho da Administração o proponente deste ponto, a supressão é feita automaticamente, de acordo com o Regimento. Portanto, ficaremos com três pontos da ordem do dia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu venho evocar o Regimento, ao abrigo do artigo 100.º, e submeter à Mesa um requerimento oral.

O Sr. **Presidente**: — Temos alguma dificuldade em admitir ou rejeitar o requerimento, porque não sabemos qual é o conteúdo.

Portanto, se for e tiver alguma relação com a alínea c) do artigo 29.º, tudo bem.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu venho, em nome dos cinco subscritores da candidatura do Dr. Jonas Gentil. Depois de alguma reflexão e em concertação com o mesmo, decidimos retirar a candidatura do Dr. Jonas Gentil, que concorre ao cargo de Juiz Conselheiro.

Sr. Presidente, este é o teor do requerimento.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Este requerimento é sempre aceite. Os proponentes podem retirar qualquer iniciativa até o momento da votação. Portanto, não há qualquer inconveniência.

Podemos então dar início aos nossos trabalhos, começando pela eleição, neste caso, do único candidato a Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional. Peço à Mesa para conferir a presença do Srs. Deputados, se estão todos na Sala, que a partir deste momento não vamos mais permitir a entrada e saída das pessoas. Mas antes, vou pedir ao Sr. Secretário para fazer a apresentação da candidatura.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Para este caso, em concreto, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente foram propostas duas iniciativas, mas com a declaração do Líder Parlamentar do ADI foi retirada uma candidatura. Nesse caso, fica uma e única candidatura, que foi apresentada nos termos dos artigos 254.º e 255.º do Regimento da Assembleia Nacional, proposta por alguns Deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, que passo a citar: Raúl do Espírito Santo Cardoso, Elákcio da Marta, Hélder dos Santos Ceita Joaquim. Mas penso que no processo há mais dois Deputados, totalizando cinco, que subscreveram. Depois podemos confirmar com Serviços.

Trata-se do cidadão Amaro Pereira de Couto, maior, casado, Jurista, portador do B.I. n.º 12455, são-tomense. Gostaria de informar aos Srs. Deputados que o curriculum do cidadão proposto pelos Srs. Deputados também está publicado, porque é muito extenso, e está publicado no *Diário da Assembleia Nacional* a que eu fiz referência inicialmente. Se houver eventual esclarecimento, podemos prestar, porque são cerca de duas páginas, mas está publicado no *Diário da Assembleia Nacional*. Penso eu, Sr. Presidente, que é escusada a leitura completa do curriculum que a Mesa recebeu.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Está feita a apresentação da candidatura, se houver algum pedido de esclarecimento ou informações adicionais, a Mesa está disponível.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, antes da votação, há tempo para os Deputados que quiserem intervir, estava à espera.

O Sr. **Presidente**: — É exactamente isso, fez-se a apresentação da candidatura, pode haver alguma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Tenho uma intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Eu pedi a palavra neste ponto da ordem do dia, para manifestar uma preocupação com a Casa Parlamentar.

Eu sou um dos defensores, e fui sempre nesses anos todos, de que nós devemos ter um parlamento, uma Assembleia Nacional, à altura dos desafios do País.

Vendo agora um colega nosso, Deputado, com o perfil que tem, com os conhecimentos técnicos e académicos que tem, nos deixar, — agora digo «nos deixar» porque é só uma candidatura, se fossem duas podia haver dúvidas —, eu fico preocupado, porque me preocupa a Casa Parlamentar, a Assembleia Nacional. Estou nesta Casa há 10 anos e quero dizer que vimos nos degradando, e de que maneira, na qualidade das intervenções políticas, dos debates políticos, por falta também de capacidades, sem desprimor para todos os 55 Deputados.

Espero que me entendam e que não esteja a ferir susceptibilidade, mas temos que reconhecer que a Assembleia tem estado a se tonar o sector pobre dos órgãos de soberania. E é preciso nós reflectirmos sobre isso. Isso começa desde os próprios partidos políticos, quando apresentam as listas para as pessoas serem deputados. Fazem-no não a pensar na Casa Parlamentar. Porque os partidos apresentam candidatura para uma eleição legislativa, sabendo que poderão ser escolhidos pelo povo para serem o poder executivo ou não. Logo, as pessoas entram nos primeiros lugares da lista. Mas se esse partido for escolhido, os saberes que estão nos primeiros lugares da lista vão todos para o governo, ou para as empresas públicas, ou para as administrações públicas, onde ganham mais, onde têm melhores condições, melhores regalias, etc. etc. Depois, o quê que acontece? Os que estão no meio e em baixo da lista é que é que sobem.

Nos partidos que perdem as eleições, entre aspas, aqueles que não chegam a ir para ao poder, ficam na oposição, muitos emigram, viajam, vão estudar, fazer o doutoramento, os que estão em cima da lista. Sobem os que estão em baixo e ficamos com este debate político, onde devia existir de facto aqui momentos de aprendizagem, também de formação.

Sr. Deputado Amaro Couto, muitas vezes eu não concordo consigo, muitas vezes de certeza também não concorda comigo, mas a Casa Parlamentar perde com a sua ida para o Tribunal Constitucional. E eu fico triste por isso!

Eu espero que reflectamos todos sobre que Assembleia nós queremos! As pessoas não dão importância a este órgão de soberania, a importância merecida e consagrada na Constituição. É a Casa de leis!

Nós começamos esta legislatura com cinco ou seis juristas. Eu disse bom, pelo menos, não sou o único. Na legislatura passada, nesta Casa que faz leis, eu era o único jurista Deputado. Começamos com cinco ou seis, eu disse bom, pelo menos dessa vez tenho colegas juristas que vão ajudar-nos aqui na Casa Parlamentar. No percurso, todos estão a ir-se embora. O Sr. Ministro foi-se embora para o Governo, agora o Sr. Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD vai para o Tribunal Constitucional, outro órgão de soberania. Significa que este órgão é o quê? Nós somos o quê? Então temos que pensar nisso, algo está mal. Se as pessoas vão-se embora, é porque algo está mal aqui.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Tudo!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Tudo. A Sra. Deputada tem razão. É preciso que se crie as condições para a sapiência não se ir embora.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Eu também estou a ir-me embora.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — A Sra. Deputada também está a ir-se embora. É verdade! Estamos a falar de pessoas, não são só as que vão ser ministro ou juizes. Nós temos quadro da Administração Pública que se põe na lista, em lugares elegíveis da lista, depois das eleições não querem vir ser Deputados. Então, por quê aceitam integrar a lista? Por quê os partidos põem essas pessoas na lista, se elas depois vão optar por ser funcionários públicos. Por quê optam por ser funcionários públicos? É porque as condições e as regalias que têm nesses sectores são superiores às condições da Assembleia. Eu não vejo uma outra razão para isso.

Por isso, nós temos que pensar, repensar tudo isto, se não estamos a matar a nossa democracia também. Aqui é a Casa da democracia por excelência. Se esta Casa torna-se pobre na sapiência, a democracia está cada vez mais empobrecida.

Não quero roubar mais tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.
Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário começou por fazer breves considerações sobre o curriculum do Sr. Deputado candidato a Juiz Conselheiro, não procedeu a toda leitura, mas nós, no *Diário da Assembleia Nacional*, temos este curriculum. Para quem esta na política e acompanha a história política em São Tomé, eu, enquanto estudante, ouvia falar do Sr. Amaro Couto e da família Couto, como uma família de pessoas íntegras e, particularmente do Sr. Camarada Amaro Couto, como alguém que prima pelo cumprimento da lei e da Constituição.

Eu pude observar isto nesses 2 anos, como companheiro na Conferência de Líder, em vários debates que nós tivemos, em que o Sr. Deputado procurava sempre que pudéssemos discutir, mas balizado no marco da Constituição e, particularmente, do Regimento.

Por isso que, ao ir para o Tribunal Constitucional, também é meu entendimento que nós ficaremos um pouco mais pobres. Mas a questão é mais profunda, há outro lado. Se for assim considerado pela maioria dos Deputados, quero desde já apresentar-lhe as minhas felicitações. Mas há um lado de fundo. Quando surgiu a vacatura no Tribunal Constitucional, entendíamos que pudesse haver uma reflexão de fundo da configuração desse órgão de soberania, fundamentando obviamente aquilo que o meu colega Carlos disse, o aprofundamento do Estado de Direito Democrático, e a participação de todos, aliás, foi o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD que pediu consenso. Em consenso, devem participar todos, devemos dialogar todos, mas infelizmente não é o que nós assistimos. Isto seria uma oportunidade, porque não?!

O ADI e o MLSTP/PSD devem sentar e conversar, para criarem este mosaico, este arco-íris, que nós precisamos. Assim não foi e temos hoje a candidatura.

Portanto, este é também um elemento de nossa reflexão, e eu acredito que se os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional tiverem a mesma sensibilidade, a mesma visão, a mesma percepção que tem o Sr. Deputado Amaro Couto. Penso que o Tribunal Constitucional estaria a prestar um excelente serviço à Nação.

Eu faço votos de que eleito, possa lá discutir e ver junto aos seus pares o cumprimento da Constituição e das leis.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar.
Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, eu tenho uma preocupação que não posso deixar de exprimir cá. Com todo o respeito, toda estima e consideração que tenho pelo Deputado e Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, Amaro Couto, como candidato único a ocupar a vaga no Tribunal Constitucional, só que há uma situação que nós devemos fazer tudo para não se repetir. Não obstante, toda sua sapiência, sua qualidade, há aqui uma questão. Nós estamos a falar de um Tribunal Constitucional que deve primar pelos princípios constitucionais, e nós temos estado a assistir, infelizmente, a uma situação muito lamentável, que é tirarmos um Deputado e Líder Parlamentar de um partido político, para assumir funções no Tribunal Constitucional.

Eu acho que aqui várias pessoas estão a reflectir sobre isso, mas ninguém tem a coragem de dizer que não é possível, não é normal. Nós não podemos continuar com esta prática. Assim, costuma-se dizer, à política o que é da política, à justiça o que é da justiça.

Com todo e merecido respeito, eu estou a usar da palavra, tomei toda coragem para o dizer, sei que muita gente devia fazê-lo mas não o faz, que não é normal. Nós assistimos a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Edite Ten Jua, a deixar a cadeira do Tribunal Constitucional, para ser Ministra. Nós temos que parar com esta prática! Temos que balizar, temos que separar as águas! Sendo um lugar que o MLSTP/PSD acha que um seu camarada, amigo, companheiro próximo possa ocupar, que não seja alguém que desse muita cara, digamos, pela política. Porque nós estamos a referir-nos a um órgão que tem que dirimir conflitos. Nós sabemos como é que está a funcionar o actual Tribunal Constitucional. Todos sabemos, nós assistimos, isto é uma autêntica vergonha, eu vos digo.

Por isso, eu acho que, infelizmente, por se tratar de sua excelência, é um quadro em quem toda gente reconhece mérito. O problema que se coloca é que não é questão de mérito. É uma questão de princípio. É uma questão de evitar que no País se continue a navegar em promiscuidade.

Isto eu digo e assumo o que estou a dizer. Não é possível, não é normal, temos que fazer tudo para pararmos com isso.

É verdade que se diz que não há inconstitucionalidade neste processo, é tudo normal, mas nós estamos a falar de ética política.

Vamos estar em São Tomé, para nós acompanharmos, de facto, o funcionamento do chamado Tribunal Constitucional.

Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado José António Miguel.
Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, caros técnicos que labutam connosco todos os dias, eu gostaria de saudar a todos.

A candidatura do amigo, camarada, doutor, mano, Amaro Pereira de Couto, para este cargo, foi bastante analisada e não é por acaso que o Deputado Amaro Couto nasceu no dia 15 de Janeiro. O nome de Amaro, Santo Amaro, não estou a revelar nenhuma confidência, se me permite, camarada Amaro Couto, conhecemos as suas competências. O partido pesou muito bem as questões que foram abordadas, e agradeço algumas notas sugestivas que foram feitas cá, com as quais também estou de acordo, mas neste caso do camarada Amaro Couto foi uma excepção, foi ponderado, foi analisado, estudado.

Neste contexto, foi indicado também porque o lugar do Tribunal Constitucional é um lugar de extrema importância. Admitamos se ele fosse candidato ao cargo do Presidente da República, que não seria menos importante, a Assembleia, obviamente, também daria a sua nota positiva, quanto ao camarada Amaro Couto.

Portanto, caros colegas Deputados, quero dizer que o Camarada Amaro Couto pertence à minha equipa geracional, ligada ao meu extracto etário. Nesse aspecto, eu acho que é uma pessoa que estará no lugar próprio, ele não se move por algumas emoções ou vendavais que aparecem para atordoar, é uma pessoa muito ponderada e cimentada em princípios bastante éticos, académicos, valores educacionais, berço acima de tudo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, depois da intervenção do Sr. Deputado sobre essa movimentação que acontece de política para justiça, justiça para política, não querendo aqui, de maneira nenhuma, querer ser advogado na situação concreta da Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, gostaria de dizer que não é bem assim. Normalmente, na Justiça, faz-se carreira. No nosso país, o que acontece é que não se dá valor a carreira e há muito tempo que na nossa Administração nem se fala de carreira profissional. Não há problemas maiores de uma pessoa que faz carreira na Justiça sair e ir para o Governo.

Pode-se discutir a função que exerce, enquanto Líder Parlamentar de um partido no poder, sair para qualquer tribunal, nesse caso o Tribunal Constitucional. A questão que se discute é a forma da indicação dos juizes. Então, tudo isso está mal e tem que ser reflectido, se são os políticos que escolhem os juizes, quando há vozes que dizem que nem deveria ser assim.

Os juizes não deveriam ser escolhidos pelos políticos. A coisa começa desde aqui, essa grande discussão que temos que fazer, quanto à forma de escolher os juizes do Tribunal Constitucional. O caso contrário é mais do que normal. Depois de uma carreira na Justiça, ser chamado para ir ser membro do Governo, normalmente isso acontece mais na própria área da Justiça e vários exemplos que nem é preciso citar. No caso de Portugal, por exemplo, a Ministra da Justiça é uma senhora de carreira das magistraturas, concretamente da Magistratura do Ministério Público.

Por isso, não é bem assim, temos que repensar essa forma de escolher os juizes do Tribunal Constitucional e do Supremo. Essa é a grande discussão.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, sem querer responder ao meu colega, só para dizer que fui suficientemente claro, dizendo que a minha intervenção baseia-se no facto real, aquilo que se tem ouvido, independentemente da questão de legislação. Tanto é que disse que não se trata da inconstitucionalidade, de nada que seja ilegal, mas há um aspecto de princípio que temos que observar, quer na justiça, quer na política.

Uma coisa é fazer carreira na magistratura judicial e outra coisa é estarmos nessa troca que dá a entender que se trata de algo que não conseguimos evitar. Ser líder de um grupo parlamentar e ser transferido para o Tribunal Constitucional, não sei se eu é que não estou a conseguir gerir a situação, mas há aqui algo que é preciso trabalharmos, no sentido de evitar. Acho que ao dizer isso fui suficientemente claro. Precisamos de evitar essa dança de cadeira nestes moldes.

O Sr. **Presidente**: — Vamos pedir aos serviços para fazer a distribuição dos boletins de voto e colocar a urna no devido lugar.

Gostaria de esclarecer que o boletim inicial tinha dois nomes, mas um deles foi retirado. Portanto, o candidato da lista B, neste caso, Jonas Gentil da Cruz, foi retirado, tanto mais que se riscou os quadradinhos de onde se deve votar.

Apenas a lista A é que está no processo de eleição. São 53 boletins que foram distribuídos, vamos passar ao processo de votação!

Pausa para a votação e contagem dos votos.

Submetido à votação, foi aprovado, com 33 votos a favor, 1 contra e 19 abstenções.

Nesta primeira volta, temos um resultado que nos obriga a uma segunda volta.

Peço, de novo, aos serviços para voltar a distribuir os boletins, solicitando às Sras. e aos Srs. Deputados para se acomodarem nos respectivos lugares.

Vamos à segunda volta. De acordo com a lei, salvo se obtivesse 37 votos...

Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, só para dar leitura ao n.º 1 do artigo 255.º do Regimento: «Considera-se eleito o candidato que obtiver mais de metade dos votos validamente expressos.» Não sei se há outra disposição que completa esta.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado, tem razão. Nesses casos de votação para cargos exterior à Assembleia Nacional o Regimento prevê esta possibilidade, no entanto, a Lei Orgânica do Tribunal Constitucional prevê que, em caso de não obtenção de dois terços na primeira volta, tem-se que recorrer a segunda volta. Trata-se dos n.ºs 5 e 6 do artigo 12.º da Lei 19/2017.

Peço ao Sr. Secretário para fazer a leitura.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, passo à leitura, para clarificação.

«Artigo 12.º, votação.

4. Consideram-se eleitos os candidatos da lista que obtiver dois terços de votos favoráveis dos Deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta de votos dos Deputados em efectividade de funções.

5. A votação é sempre feita em duas voltas. Salvo se na primeira volta os candidatos de uma determinada lista obtiverem dois terços de votos favoráveis dos Deputados presentes, consideram eleitos e não há uma segunda volta.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a leitura para esclarecer as Sras. e os Srs. Deputados sobre a orientação da Lei, peço aos serviços para fazerem a distribuição dos boletins.

Submetido à votação, foi aprovado, com 34 votos a favor, 1 contra e 19 abstenções.

Nesta segunda volta, fica eleito o candidato Amaro Couto, para compor o elenco do Tribunal Constitucional.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Vamos passar à apresentação do projecto de resolução que confere a eleição do candidato.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, passo à leitura «do Projecto de Resolução n.º 74/XI/5.ª/2020 – Eleição de um Juiz Conselheiro para o Tribunal Constitucional.

Na sequência do Ofício n.º 35/GSG/TC/2020, de 22 de Outubro, proveniente do Tribunal Constitucional, a Assembleia Nacional recebeu uma cópia do *Diário da República*, no qual o Presidente do Tribunal Constitucional declara, nos termos do n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2017, Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, que a Juíza Conselheira Dra. Edite dos Ramos da Costa Ten Jua cessou as suas funções, por se ter verificado a situação de incompatibilidade prevista na alínea c) do artigo 16.º da mesma Lei, pelo facto de ter sido nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, por decreto Presidencial 19/2020, de 18 de Setembro.

Assim, tornando-se necessário proceder à eleição de um novo juiz, de conformidade com os artigos n.ºs 8, 9, 10, 11, 12 e 13 da Lei n.º 19/2017, Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, para suprir a vacatura deixada pela mesma;

Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

É eleito o Sr. Amaro Pereira de Couto como Juiz Conselheiro para o Tribunal Constitucional.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente resolução entre imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 26 de Novembro de 2020.»

O Sr. **Presidente**: — Alguma reacção?

Não sendo o caso, podemos submeter à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 31 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, 2 do MCI, 1 do Deputado Levy Nazaré e 23 abstenções do ADI.

Passemos à apreciação do preâmbulo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, não fixei bem o preâmbulo durante a leitura, mas acho que não faz referência à necessidade de se suprir esta vacatura. Faz um historial da solicitação do Tribunal Constitucional, mas não faz referência à necessidade de se suprir essa vacatura, por indicação. Deveríamos dar mais esclarecimento, porque quem vê esta resolução fica com a sensação de que elegemos só por eleger, sem haver necessidade do cumprimento da lei desta vacatura.

Por isso, acho que o preâmbulo é muito extenso, não objectivo, não cumprindo realmente o que acabamos de fazer. Acho que há necessidade de uma pequena alteração, mas só com a leitura poderei aqui dizer alguma coisa.

O Sr. **Presidente**: — Vamos tentar esclarecer melhor. Sem falar do historial, há um pequeno parágrafo, na última parte, que diz o seguinte: «Assim, tornando-se necessário proceder à eleição de um novo juiz, de conformidade com os artigos 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º e 13.º da Lei 19/2017, Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, para suprir a vacatura deixada pela mesma.»

Se era este o alerta, está resolvido.

Mais alguma reacção?

Não é o caso, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado, com 31 votos a favor e 23 abstenções do ADI.

Artigo 1.º

«É eleito o Sr. Amaro Pereira de Couto, como Juiz Conselheiro para o Tribunal Constitucional.»

Alguma reacção? Vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado, com 32 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, 2 do MCI e 2 Deputados do ADI, e 22 abstenções do ADI.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado, com 31 votos a favor e 23 abstenções.

Votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado, com 31 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, 2 do MCI, 1 do Deputado Levy Nazaré, e 23 abstenções do ADI.

Passemos ao ponto seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, para interpelação à Mesa.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, desde já, gostaria de reiterar as felicitações do Grupo Parlamentar do Partido ADI a Sua Excelência o Deputado Amaro Pereira de Couto.

A minha intervenção é para interpelar à Mesa, tendo em conta a agenda que temos e o horário. Estamos cá desde as 8 horas. O nosso Grupo Parlamentar submete um pedido de suspensão, de acordo com o artigo 81.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Pensávamos que, como foi suprimido um ponto, outros dois pontos seriam mais rápidos, porque não tem a segunda volta e encerrávamos a sessão dentro de uma hora, mas o pedido é regimental. Se assim entendermos todos, podemos suspender.

Eram 13 horas e 46 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 14 horas e 24 minutos.

Vamos ter que conferir a presença de Deputados. Suspendemos e não encerramos, não recebi nenhuma comunicação de Deputados que tinham alguma urgência em sair. Portanto, vamos ter que voltar a chamar, para conferir a presença e eventualmente marcar falta.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde.

O segundo ponto da ordem do dia tem a ver com a constituição da Comissão Eleitoral Nacional. Trata-se do Projecto de Resolução n.º 75, relativamente aos cargos do Presidente e do Secretário, por voto secreto. Os nomes que foram enviados, nos termos da alínea b) do artigo 6.º da Lei 12/90, Lei das Comissões Eleitorais, cabe aos partidos com assento parlamentar e ao Governo a indicação dos nomes, mas esses nomes não serão eleitos. Também já está no *Diário*, mas passo a informar que ao nível do Partido de Acção Democrática Independente, nos termos da Lei 12/90, propõe o cidadão Domingos José da Trindade Boa Morte; do MLSTP/PSD, Hernane Viegas da Graça Santiago; do Partido PCD, Gil Mascarenhas da Costa...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — É Director de Gabinete, não pode!

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — ...a União do Movimento Democrático Força da Mudança e União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento, MDFM-UDD, propõe o cidadão Armindo Furtado Lopes; em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, o cidadão Homero Jerónimo Salvaterra; em representação do Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Julay Filipe Mendes; e em representação da Secretaria do Estado da Comunicação Social, Victor Neto Correia.

Esses são os membros que farão parte da Comissão Eleitoral, em representação do Governo e em representação dos partidos com assento parlamentar.

Relativamente ao Presidente e ao Secretário da Comissão Eleitoral, temos uma proposta de um grupo de Deputados, o cidadão Fernando da Silva Maquengo de Freitas...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — *Kê kwá!*

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — ...e, para o cargo de Secretário da Comissão Eleitoral foi proposto também por um grupo de Deputados, Eterzizy de Castro d'Alva de Sousa.

Sras. e Srs. Deputados, os currículos, tanto da proposta para o Presidente da Comissão Eleitoral Nacional, como do Secretário, foram publicados. Todavia, poderei dar informações breves, tanto para um

caso como outro, como fizemos em relação à candidatura que foi há bem pouco tempo eleito, para o Tribunal Constitucional.

Começaria por Fernando Maquengo, são-tomense, jurista, com Bilhete de Identidade n.º 44911.

Em termos de resumo, actividades académicas, professor de Direito Contratual Petrolífero no Instituto Universitário de Contabilidade Administração e Informática de São Tomé e Príncipe; professor de Direito das Grandes Famílias e de Direito, na Universidade Lusíada de São Tomé. Há mais de 24 anos, designadamente, Chefe de Departamento e Director-geral. Actualmente ocupa as funções de Director do COCIL.

Outras informações complementares do seu currículo estão publicadas, para não cansar mais os Srs. Deputados.

Em relação à candidatura de Eterzizy ao cargo de Secretário para a Comissão Eleitoral, habilitação literária, 11.º concluído; formação académica profissional, frequência no 3.º ano do curso de Organização e Gestão de Empresas; curso de Capacitação Pessoal de Incentivo para Agentes da Função Pública, curso de Informática, curso de Gestão de Cooperação Técnica Internacional, dentre outros.

Como já tinha referido, constam outras actividades profissionais e particulares no *Diário da Assembleia*.

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação, há alguma reacção?

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, ouvi atentamente a leitura pelo Secretário, mas eu estou com uma minhoca na cabeça, quanto aos representantes dos partidos políticos com assento parlamentar. Se nós estamos a falar de partidos políticos com assento parlamentar, eu penso que o PCD concorreu numa coligação e nós estamos a ver dois representantes da Coligação. No nosso entendimento, deve ser apenas um representante da Coligação. Portanto, é Coligação PCD/MDFM-UDD. Esses é que foram às eleições.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Estão cá na Assembleia.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Estão representados na Assembleia, coligados. Então, a representação também tem que ser da Coligação. Caué tem representação parlamentar. Eu não sei se é só aqueles que têm grupo parlamentar. Por que é que Caué não está representado, já que eles têm representante parlamentar. Essa é uma dúvida que eu tenho e gostaria que a Mesa nos pudesse ajudar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar. É o dever da Mesa esclarecer as dúvidas. Às vezes é mal compreendida, mas este é o dever. Devo informar-lhe que a Lei prevê os partidos políticos com assento parlamentar. A Lei não prevê, em circunstância alguma, coligação, cidadãos dos partidos...

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Não tem?

O Sr. **Presidente**: — A Lei não prevê coligação dos partidos, não prevê movimentos de cidadãos. Por isso não tem. Basta ver o que diz a Lei...

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Neste caso, o PCD não tem grupo parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Não estamos aqui a falar do grupo parlamentar, Sr. Deputado Bondoso. Leia só o que diz a Lei! Nós estamos a cingir-nos à Lei. E nem sequer querendo recorrer ao passado recente! Havia uma coligação MDFM/PCD e, na altura, o PCD tinha representante e o MDFM tinha representante.

Eu compreendo que pessoas que não estejam a acompanhar, ou que não estiveram cá naquela altura levantem essas questões. Mas nós não estamos a inventar absolutamente nada! Primeiro, porque a Lei é clara: partidos! Quando a Lei se refere a coligação, refere-se a coligação. Aqui está a referir-se aos partidos. Não abre espaço para coligações, nem para movimentos. E já houve, no passado recente, esta situação e se resolveu desta maneira, como estamos a propor.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Eu acompanhei, o Sr. Presidente citou a Lei, é bom, mas quando falamos de partidos com representação, então eu não sei. Podia esclarecer-nos quantos partidos têm representação parlamentar. Eu quero saber. A partir desse pressuposto, estou com alguma dúvida. Os partidos com assento parlamentar são quatro.

O Sr. **Presidente**: — Com representação parlamentar.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Com representação: primeiro, ADI, MLSTP/PSD, PCD, MDFM-UDD. Mas MDFM/UDD é união?

O Sr. **Presidente**: — É união, sim.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — União dos partidos.

O Sr. **Presidente**: — Sim.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Já não existe MDFM, já não existe UDD, é MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Sim.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Mas ok, Sr. Presidente. A minha interpretação quanto a este processo reside no facto de aqueles que têm assento parlamentar. O que tem assento parlamentar é uma coligação. É isso que o Tribunal reconhece. Na nossa óptica, devia haver apenas três representantes, sendo do ADI, do MLSTP/PSD e da Coligação. Esse é o meu entendimento, pode ser que eu esteja errado.

O Sr. **Presidente**: — Apenas estamos a cingir-nos à Lei. Interpretação e entendimento não podem sobrepor-se àquilo que está escrito. Alguma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, uma intervenção curta, quer dizer, as minhas nunca são muito curtas, mas vou tentar.

Muitas vezes fazemos as coisas mal feitas, depois com consequências, a *posteriori*, que nos criam a nós próprios problemas. Eu aproveito para dizer que foi aprovada, na generalidade, a Lei sobre a Comissão Eleitoral Nacional, que vai ser discutida e votada na especialidade e, enquanto membro da 1.ª Comissão, gostaria de pedir a todas as Sras. e os Srs. Deputados que têm contribuição para melhoria da Lei, para se fazerem presentes e apresentar propostas, quando estivermos a discutir esta Lei, que eu também acho de extrema importância.

Não quero aqui estar a ser repetitivo, como em algumas questões que já havia levantado na outra reunião, da importância da Comissão Eleitoral Nacional e também do Gabinete Técnico. Falei aquando da discussão na generalidade do Gabinete Técnico, faço-o agora, também, no caso da Comissão Eleitoral Nacional. Quer a Comissão Eleitoral Nacional quer o Gabinete Técnico, aliás, o Gabinete Técnico não deve funcionar sem a Comissão Eleitoral Nacional, acho que devem ser órgãos permanentes. Isto por recomendação, mais uma vez, de todos os órgãos internacionais que têm a ver com as eleições; isto por recomendação de todos os observadores internacionais e nacionais, também, não só internacionais, que têm participado nas nossas eleições.

Recomendam-nos para nós termos a Comissão Eleitoral Permanente e o Gabinete, obviamente, também a funcionar de forma permanente, para nos facilitar nos trabalhos que eles têm no meio do exercício de todo o trabalho eleitoral. Isto é, quando termina uma eleição, até a próxima eleição, principalmente no que concerne à actualização dos cadernos eleitorais e todo o trabalho de recenseamento daqueles jovens que fazem 18 anos no meio do percurso eleitoral, entre uma eleição e outra. Bom, todo esse trabalho deve ser feito permanentemente. Evita estarmos nessa situação agora a *correr sobre as pernas*, como nós estamos, porque se não nos despacharmos a diáspora não vota, porque a diáspora, nesse momento, não está recenseada. Essas questões todas, é falta de uma Comissão Eleitoral permanente, que já há vários anos, várias missões nos recomendam que resolvamos essa situação.

Daí que aguardamos na 1.ª Comissão propostas de melhorias.

Quando a Lei diz, isto agora é minha interpretação jurídica; na altura, o legislador estava a pensar em representação parlamentar e não em partidos políticos. A questão é que, na altura, só podiam candidatar-se às eleições legislativas os partidos. Por isso é que se referia aos partidos políticos. Eu acho que foi um erro, meia culpa da parte que me cabe, quando o Movimento concorreu para uma eleição legislativa. Um movimento não pode concorrer para uma eleição legislativa. Foi um caso, aconteceu e estamos nesta situação. Porque, na minha opinião, o Movimento tem direito a ter representante na Comissão Eleitoral Nacional. O que o legislador quis dizer é que todos aqueles que têm uma voz no Parlamento devem ter o seu representante na Comissão Eleitoral Nacional. A Lei só fala de partidos, e o Movimento não é um partido. Logo, vamos corrigir. Eu espero que na 1.ª Comissão tragam propostas para a correcção dessa, na minha opinião, falha que existe. Logo, alterar a palavra, mas isso já não é para agora. Alterar a expressão «partidos», por «partidos e movimentos», aquilo que for possível e que a lei permita que participe nas eleições legislativas.

É isso que eu gostaria de dizer, quanto a este assunto.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, é que eu estou aqui, com o meu *smartphone*, a ver o *Diário da Assembleia* e eu estou justamente a percorrer a leitura do vasto currículo do candidato a presidente da Comissão Eleitoral Nacional, Dr. Fernando Maquengo, e vi que, em 2000-2002, foi Presidente da Comissão Eleitoral Nacional de São Tomé e Príncipe, tendo supervisionado eleições presidenciais em 2001, eleições legislativas 2002.

Aos senhores subscritores da proposta, a minha pergunta é dirigida a vós, esta candidatura, gostaria de obter o vosso esclarecimento, tem a ver com a experiência profissional, a formação académica, ou com a questão de idoneidade? Essa é uma pergunta que eu faço aos subscritores, gostaria de obter os devidos esclarecimentos. Aliás, nós estamos lembrados de que foi durante este percurso que nós conhecemos aqui um famoso duque de pau. Nas eleições legislativas, na altura, o PCD concorreu... Bem, vamos deixar isto de lado.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — O senhor gosta do PCD é!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Não, a minha preocupação é mesmo essa. É de saber da parte dos proponentes esses três aspectos: se tem a ver com a questão da formação académica, ou experiência, ou se é uma questão mesmo de idoneidade.

Esta é a primeira pergunta, depois outras virão, porque eu gostaria de mais esclarecimentos, antes da votação.

O Sr. **Presidente**: — A questão está colocada. Se um dos subscritores assim entender, pode esclarecer ou dar resposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu sou um dos subscritores da candidatura. Nós submetemos a candidatura, cumprimos com aquilo que está na Lei. A Lei diz claramente que é um jurista ou um cidadão idóneo a designar pela Assembleia Nacional que será presidente. Trata-se de uma pessoa com uma vasta experiência já no quadro da Comissão Eleitoral Nacional. O currículo está disponível para os Srs. Deputados, eu acho que não há razão para entrar em mais detalhes sobre o assunto.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria de pedir algum esclarecimento sobre a composição dessa Comissão, particularmente porque eu entendo que há questões de transparência que devemos ter em conta, relativamente às pessoas que vão para a Comissão. A primeira questão, eu queria saber em que condição o senhor Hernane Viegas vai representar o MLSTP/PSD. Se não me engano, ele é um dos representantes na Comissão Eleitoral. Pelo que eu saiba, o senhor Hernane Viegas é membro fundador de uma organização não-governamental ligada à observação e transparência eleitoral. Portanto, eu não sei se é compatível essa função dele na organização com a representatividade que ele terá na Comissão Eleitoral. Por isso, eu aconselho para a sua substituição, tendo em conta que ele é membro de uma organização a que a própria Assembleia ou a sociedade são-tomense podem recorrer para efeitos de observação eleitoral, de forma a garantir maior transparência nas eleições.

Outra questão é o senhor Victor Correia, parece-me, Victor Neto Correia. Nós sabemos, não é novidade para quem o conhece, já era membro da Comissão, trabalhou na Comissão Eleitoral por muito tempo. É uma pessoa que tem um vasto conhecimento sobre a organização eleitoral, mas, neste momento, eu acho que Victor Correia não deve fazer parte da Comissão. É uma sugestão, não estou a impor. Uma sugestão, tendo em conta a sua própria capacidade de mobilidade, etc., etc. Portanto, não há razão para nós mantermos Victor na Comissão. Podia-se encontrar na Comunicação Social outros elementos que podiam estar presente. Por isso, eu acho que devíamos analisar bem esta questão da constituição da Comissão Eleitoral e das pessoas que fazem parte.

Sr. Presidente, peço desculpa, é a última questão, numa das sessões plenárias, eu havia alertado a Mesa para a urgência da constituição da Comissão Eleitoral. Na altura, o Sr. Presidente colocou-me uma questão e eu disse que era urgente que a Comissão Eleitoral fosse constituída no mês de Dezembro. Lembro-me que disse isso na plenária. O Sr. Presidente perguntou-me com base em que lei eu estava a argumentar a constituição da Comissão Eleitoral no mês de Dezembro. Por isso, faço-lhe a mesma pergunta. Sr. Presidente, diga-me em que lei se baseou para trazer hoje a necessidade de constituir a Comissão Eleitoral.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, eu trago mais um pouco de sal a esta última pergunta do meu colega, para nós percebermos. Qual é o tempo de mandato desta comissão? É uma pergunta que

parece irrisória, mas tem uma razão de ser, porque nós ouvimos discursos aqui de que, se nós não aprovarmos o pacote eleitoral, não haverá eleições, não haverá recenseamento. Entretanto, estamos a constituir já a Comissão na base da Lei 90. Então, alguma coisa não está bem e ainda continuo com as minhas minhocas.

Portanto, é para dizer que precisamos deixar cair por terra aquele discurso de que, se não se aprovar agora e já o pacote eleitoral, não haverá eleições, não haverá recenseamento. Portanto, isto aqui é uma prova inequívoca de que algumas coisas estão em contramão. É possível, sim, fazer recenseamento eleitoral na diáspora, com esta Comissão que está a ser criada, a não ser que, depois de aprovar o pacote eleitoral, se vai refazer a Comissão Eleitoral.

É mais um elemento que eu trago para a nossa reflexão, e para dizer ao Sr. Presidente que a razão sempre esteve do lado do Grupo Parlamentar do ADI, quando questionámos este aspecto.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções? Nós vamos a analisar as candidaturas e, simultaneamente, no meu entender, discutir a resolução, porque as questões que estão a ser levantadas devem ser feitas no momento da resolução.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, eu tomo a palavra para trazer a insatisfação do Movimento de Cidadãos Independentes de São Tomé e Príncipe/Partido Social, que vem fazer um apelo à Mesa da Assembleia, de forma a poder retirar esta proposta de lei e dar ao Movimento de Cidadãos Independentes o direito também de apresentar a nossa candidatura, porque temos dois Deputados eleitos. Fomos eleitos com votos, não há diferença de votos, porque todos os votos são iguais.

Cada homem, cada voto, então nós, os Deputados do Movimento de Cidadãos Independentes, como sabemos que a eleição legislativa será em 2022, não há necessidade de nós correremos, porque houve um deputado que já disse «correr acima das pernas», dar um tempo para que todos nós desempenhemos, na realidade, aquilo a que a Constituição nos dá direito. Que todos tenham os mesmos direitos e os mesmos deveres. Por isso, peço a colaboração de todos os outros Deputados, de forma que todos nós possamos ter os mesmos direitos de apresentar a nossa candidatura.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções? Nós estamos a analisar as candidaturas e perguntas deslocadas não têm enquadramento neste momento.

Relativamente à última questão de apresentação de candidatura, dá-me a impressão de que a Sra. Deputada Beatriz não entendeu bem a explicação dada pelo Deputado Levy Nazaré. Se tivesse entendido, compreenderia de certeza que não é possível...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, eu tinha ido à casa de banho.

O Sr. **Presidente**: — Ah, não estava cá. Está bem. Então, não é possível. Pela lei actual, não é possível.

Uma Voz do ADI: — Qual é a lei?

O Sr. **Presidente**: — A lei actual. A lei que estamos a discutir, a Lei da Comissão Eleitoral.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Há uma lei no fogo. Vamos esperar essa lei que está no fogo. Essa lei vai sair daqui a nada.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções?

A sua pergunta será respondida quando discutirmos a resolução. A confusão que se está a fazer, nalguns casos, tem a ver com operações de recenseamento e actualização dos cadernos com actos eleitorais. São coisas distintas. Mas depois vamos discutir isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Eu não estou a discutir a última questão que o Sr. Presidente disse. Eu espero que dê explicação para que eu entenda. Mas eu levantei uma questão sobre as candidaturas. Fiz duas perguntas. Uma sobre a presença do senhor Hernane Viegas na Comissão Eleitoral, tratando-se de uma pessoa que tem uma organização de observação e transparência eleitoral, toda gente sabe. Ele tem exercido funções de observador eleitoral, não só aqui em São Tomé, porque já foi convidado para fazer observação eleitoral noutros países. Eu acho que não é de bom-tom ele fazer parte da Comissão. Eu gostaria que essa candidatura fosse substituída por outra candidatura. É só esta questão que eu gostaria que me esclarecessem.

Quanto ao Governo, a representação da Comunicação Social, eu gostaria que encontrasse uma outra pessoa também para fazer parte da Comissão, tendo em conta que o senhor Victor já vem nisto há mais de 10 ou 15 anos.

O Sr. **Presidente**: — Estas últimas questões não cabem à Mesa. Os partidos enviaram os seus candidatos. Não é a Mesa que vai analisar e dizer se este serve ou não serve. Os Deputados do MLSTP/PSD ou do Governo respondem se entenderem. Eu não posso impor. A questão foi colocada e cabe a quem de direito, a quem foi dirigida a pergunta, responder.

Mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o cidadão são-tomense Hernane Viegas não é organização. Ele integra uma organização que tem outros membros. Ele afasta-se enquanto vai exercer a função. Assim que terminar a função, regressa. Nada lhe impede.

O Sr. **Presidente**: — Só tem 41 segundos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, mais alguns segundos para fazer 1 minuto.

Eu trago uma pergunta. Aliás, é uma coisa que o Sr. Presidente defende. O Sr. Presidente é defensor da lei da zebra, da paridade, o que não constatamos na Comissão, mas o senhor não é culpado. Nós estamos aqui para votar. Nós, o ADI, só temos um candidato. Propusemos um cidadão, um indivíduo do sexo masculino. Os partidos que têm mais de um candidato, por que é que não apresentam uma senhora? As senhoras não têm competência? Não há quadros idóneos? Portanto, esta é a minha proposta. Eu gostaria que as senhoras pudessem apoiar. Os partidos que têm mais de um candidato que pudessem trazer senhoras.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Mais alguma intervenção?

Não havendo, vamos distribuir os boletins. Portanto, peço aos serviços para fazerem a distribuição dos boletins e vamos votar.

Pausa para a distribuição dos boletins e votação.

Temos o resultado da votação. De acordo com os dados da Mesa, o candidato a Presidente da Comissão Eleitoral, Fernando Maquengo, obteve 28 votos a favor, 22 votos contra, 3 abstenções e 1 voto nulo.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O candidato a Secretário da Comissão Eleitoral, Iterzizy Sousa, obteve igualmente 28 votos a favor, 22 votos contra e 2 abstenções.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Existe de igual modo 1 voto nulo e 1 voto em branco.

Portanto, já concluímos o processo, passemos de imediato à apresentação do projecto de resolução.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, passo à apresentação do Projecto de Resolução n.º 75/XI/5.^a/2020, que constitui a Nova Comissão Eleitoral Nacional.

«Tornando-se necessário proceder à constituição da Nova Comissão Eleitoral Nacional, em conformidade com a Lei n.º 9/2010 – Terceira alteração a Lei das Comissões Eleitorais Nacionais;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Eleição.

São eleitos os senhores Fernando da Silva Maquengo Freitas e Iterzizy de Castro de Alva de Sousa, como Presidente e Secretário da Comissão Eleitoral Nacional, respectivamente.

Artigo 2.º. Designação.

São ainda designados membros da Comissão Eleitoral Nacional os senhores Domingos José da Trindade Boa Morte, em representação do Partido Acção Democrática Independente (ADI); Hernane Viegas da Graça Santiago, em representação do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD); Gil Mascarenhas da Costa, em representação do Partido de Convergência Democrática (PCD); Armindo Furtado Lopes, em representação da União do Movimento Democrático Força de Mudança – União dos Democratas para a Cidadania e Desenvolvimento (MDFM-UDD); Homero Gerónimo Salvaterra, em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades; Julay Filipe Mendes, em representação do Ministério de Assuntos Parlamentares, Reforma

do Estado e Descentralização; Victor Neto Correia, em representação da Secretaria do Estado da Comunicação Social.

Artigo 3.º. Início das operações.

A Comissão Eleitoral Nacional ora constituída inicia as operações de recenseamento e actualização dos cadernos eleitorais, nos termos estabelecidos na lei sobre o seu funcionamento.

Artigo 4.º. Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 26 de Novembro de 2020.

O Presidente da Assembleia Nacional, Delfim Santiago das Neves.»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário.

Feita apresentação, alguma reacção?

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, aquando da minha última intervenção, não tinha conhecimento de um Acórdão do Tribunal Constitucional que, segundo as informações há pouco tempo obtida, decidi pelo requerimento do Movimento, transformando-o num partido. Aquando da minha intervenção tinha conhecimento, porque ouvi falar há já algum tempo que o Movimento tinha a intenção de se transformar num partido e concorrer às eleições próximas em todos os distritos. É uma coisa que se fala aqui e eu também tomei esse conhecimento.

Por isso, a minha intervenção era nesse sentido. E por isso é que eu dizia que se reportará para um momento a *posteriori* e não agora, porque ainda é um Movimento. Tendo esse conhecimento, não há problemas em dizer, foi mesmo a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, no corredor, que me informou que eles já não são Movimento, agora já são um partido. Há partes da minha intervenção que eu gostaria de mudar, isto porque se deve ter em conta a data do Acórdão do Tribunal Constitucional. Se o Acórdão do Tribunal Constitucional foi há uma ou duas semanas, não sei quando é que foi, nós estamos agora a eleger os membros da comissão, eles já são um partido.

Se já é um partido, então, como a lei diz, eles também devem ter um representante na Comissão Eleitoral Nacional. Agora, não vamos voltar atrás. Na minha opinião, vamos avançar com os trabalhos e o partido deve fazer um requerimento à Assembleia, num momento a *posteriori*, pedindo uma integração do seu membro na Comissão e, numa outra reunião plenária, haver a eleição desse membro, e a Comissão Eleitoral Nacional será constituída, aliás, o membro entrará num momento posterior. Não há nenhum problema quanto a isso. Para não atrasar os processos, tomar posse a *posteriori*.

É esta a minha interpretação, a não ser que haja outros elementos que eu não conheça. Se são esses elementos, então, é minha opinião aqui que, sim, sendo um partido, já podem, não é preciso esperar depois, ter um membro na Comissão Eleitoral Nacional, para as próximas eleições.

O Sr. **Presidente**: — Deixamos passar o tempo, cerca de 3 minutos, para esclarecer bem esta questão, mas estamos perante um imbróglcio, em termos regimentais, sobre esta questão. É um novo partido. Tem a ver com o mandato. Não vamos abrir esta discussão agora. Tem a ver com os mandatos dos Deputados que foram eleitos pelo Movimento e agora estamos a falar do Partido Socialista. Atenção! Eu estou a falar em termos regimentais. Nem vamos abrir essa discussão agora. Mas aguardemos, no momento devido, vamos discutir esta questão.

Mas alguma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer, porque não tendo tempo, me deu direito ao uso da palavra. Obrigado!

Eu tinha levantado uma questão e o senhor disse que na apreciação da resolução iria esclarecer sobre essa situação, mas eu posso repetir aquilo que eu perguntei anteriormente. Eu, na plenária passada...

O Sr. **Presidente**: — O senhor está a perder muito tempo. Eu só lhe dei tempo para pedir esclarecimento. Se vai ou não repetir aquilo que já me disse, vai perder muito tempo. Mas, como eu disse, quando apresentar a resolução irá ter resposta. Pelo menos, no primeiro parágrafo, já tem a resposta daquilo que disse naquela altura. Na altura, perguntei com base em que lei, mas o Sr. Deputado não tinha resposta. E hoje está a perguntar-me com base em que lei? É a lei que está aqui. Por isso que eu disse que a resposta está aqui.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Podia ler-se a lei.

O Sr. **Presidente**: — Quer que se leia de novo o parágrafo? Faça o favor, Sr. Secretário. Leia o primeiro parágrafo.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Eu estou a ler o preâmbulo da...

Uma Voz do ADI:— O preâmbulo está a citar a lei?

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Mas é o que o Presidente orientou. O Secretário não tem outras margens.

«Tornando-se necessário proceder à constituição da Nova Comissão Eleitoral Nacional, em conformidade com a Lei 9/2010, Terceira Alteração à Lei da Comissão Eleitoral Nacional; A Assembleia resolve, nos termos do artigo 97.º...»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário.

Eu estou dando respostas às questões. Portanto, todos os Deputados têm o dever de conhecer a lei, porque somos fazedores da lei, e não somos nós aqui a perguntar o outro com base em que lei. Pelo menos, o documento está a dizer com base em que lei.

Pedido de quê?

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a bondade, mas o pedido de esclarecimento, nesses casos, entra no seu tempo.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, sabe a minha forma de ser, eu não gosto de prolongar uma discussão, sem nenhuma explicação aplausível, mas faço aqui uma questão. Eu quando faço uso da palavra, não o faço no intuito de querer obstaculizar ou de querer obstruir os trabalhos. Na altura, eu havia dito ao Sr. Presidente que geralmente constitui-se a Comissão Eleitoral no mês de Dezembro, para que esta prepare os trabalhos, para que a operação de recenseamento comesse no mês de Janeiro.

Foi isso que eu disse e o senhor disse que não, e que eu deveria aceitar. Mas eu me lembro que uma pessoa uma vez, em 2009, em que eu era deputado e foi primeiro-ministro o Rafael Branco, na mesma altura, havia posto uma questão sobre a Lei de Licitações e Contratações. Eu havia alertado o Sr. Presidente, o malgrado Francisco Silva, na altura, de que essa autorização legislativa estava ferida de uma irregularidade, porque não cumpria aquilo que a Assembleia havia autorizado o governo a fazer.

Na altura, o Presidente Francisco Silva teve a atitude de dizer: «*não, isto é contra o Regimento, não é nada disso que o senhor diz*». Na plenária seguinte, o malgrado Francisco da Silva teve a hombridade de poder dizer «*Sr. Deputado Arlindo Ramos, eu peço desculpas, porque estive errado naquela altura que o senhor levantou o problema. Portanto, reconheço e peço desculpas.*»

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Este não é nenhum pedido de esclarecimento. Eu penso, às vezes, por gentileza e humildade, a gente passa a palavra mesmo sem direito ao tempo, porque as pessoas dizem que querem fazer pedido de esclarecimento, mas fazem uma intervenção até certo ponto infeliz. O senhor não tem mais tempo. Facilitei um pedido de esclarecimento e foi uma intervenção.

Murmúrios do ADI.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Eu dou 1 minuto do Movimento de Cidadãos.

O Sr. **Presidente**: — Mais alguma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, para aproveitar 1 minuto do Movimento de Cidadãos.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, é que os Deputados são conotados de fazerem as coisas atabalhoadas. Temos que ter a nossa consciência tranquila que estamos a fazer coisas boas.

Ainda vou sair desta Sala com dúvidas quanto à representação da Coligação. A Coligação tem duas representações, mas o meu entendimento é que deveria ser um, porque concorreu um.

A segunda questão é que eu acabo de receber uma comunicação, não sei se a pessoa tem razão, fez-me entender que o Dr. Homero Salvaterra já está reformado. Não sei se corresponde à verdade ou não. É um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, apenas uma dúvida. Como o cidadão interage conosco no Parlamento, estou a colocar, é apenas esclarecimento, para todo mundo estar devidamente esclarecido.

O Sr. **Presidente**: — Mais alguma intervenção?

Vamos submeter o projecto de resolução à votação, na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 29 votos a favor, 23 votos contra e 1 abstenção, sendo 23 votos a favor do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, 1 do MCI, e 23 votos contra do ADI, 1 abstenção do Deputado Levy Nazaré.

Estamos a analisar o preâmbulo.
Alguma intervenção?
Não sendo o caso, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 23 votos contra e 3 abstenções, sendo 23 votos a favor do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, e 23 votos contra do ADI, 2 abstenções do MCI, 1 abstenção do Deputado do ADI Levy Nazaré.

Artigo 1.º, eleição. Alguma intervenção?

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 23 votos contra e 3 abstenções.

Artigo 2.º, designação dos membros. Alguma intervenção?

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 23 votos contra e 3 abstenções.

Artigo 3.º, início das operações.
Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, venho alertar que deveria estar na resolução a data do início da operação, porque não se sabe quando será.

Aproveito já o tempo para dizer que, no artigo da «entrada em vigor», temos que ter em conta que não pode ser «imediatamente em vigor», porque a constituição da Comissão Eleitoral implica custos e estamos perante uma fase de elaboração e aprovação do Orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos. Aqui está a data da entrada em vigor. Daí é que vem a nossa discussão, por isso lhe dei a palavra. Quando dizia que é necessário rever o pacote eleitoral, é melhor deixar claro, porque o Sr. Líder Parlamentar do ADI estava a contrariar. «A Comissão Eleitoral ora constituída inicia as operações de recenseamento e actualização dos cadernos eleitorais, nos termos estabelecidos na lei sobre o seu funcionamento.» Aí é que está a questão. Quando é que a Comissão Eleitoral entra em funcionamento?

Este é o problema, nós não estamos a inventar nada. A Mesa, humildemente, quando traz alguma coisa para discussão, primeiro pede alguns pareceres jurídicos. Não somos perfeitos, mas dificilmente nós damos passos em falso. O que estamos a dizer é esta exigência de revisão da lei, por isso estamos a remeter o início das operações de acordo com a lei. Se o pacote de revisão da Lei Eleitoral for aprovado, funcionará como pacote. Se não for, vai funcionar como a lei actual e agora a lei actual tem lá umas trancas que depois vamos ver como resolver. Estou a falar da lei actual.

Portanto, está esclarecida a questão levantada pelo Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

A questão da entrada em vigor, isto sim, vamos colocar, ao invés de «imediatamente», «entra em vigor nos termos legais».

Mais alguma intervenção sobre o artigo 3.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 23 votos contra e 3 abstenções.

Artigo 4.º, entrada em vigor, com as alterações introduzidas.
«A presente resolução entra em vigor nos termos legais.»

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 23 votos contra e 3 abstenções.

Vamos passar à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor, 23 votos contra e 3 abstenções, sendo 23 votos a favor do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, e 23 votos contra do ADI, 2 abstenções do MCI, 1 abstenção do Deputado do ADI, Levy Nazaré.

Não há declaração de voto oral nesses casos, só escrito.
Passemos de imediato ao ponto seguinte.
Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, só temos o terceiro e último ponto, de acordo com a agenda dos trabalhos, porque o Orçamento da Assembleia Nacional foi retirado. Trata-se do projecto de resolução n.º 76, autorização para que as comissões parlamentares realizem reuniões semi-presenciais, que é o terceiro ponto da ordem do dia.

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação, estamos a apreciar na generalidade, trata-se de uma autorização para as comissões se reunirem de forma virtual, os seus membros podem participar nas reuniões de forma virtual, inclusive votarem, apenas nas comissões. Alguma reacção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Queria entender melhor esta autorização para reuniões com presença semi-presenciais. Muita gente aqui fala de país real, eu falo das condições reais da Assembleia. É verdade que internamente a Assembleia criou novas condições de trabalho, melhorou substancialmente as condições dos Deputados para trabalharem, mas há uma questão que já levantei várias vezes nas comissões. Nós, os Deputados, somos detentores de *router* para Internet. Infelizmente, a capacidade que é destinada a este *router* não nos facilita um trabalho semi-presencial. Era bom que aumentasse, pelo menos, a capacidade da Internet para os Deputados, porque já tentamos várias vezes, principalmente com os Deputados da Região Autónoma do Príncipe que são membros das comissões e muitas vezes estão na Região, queremos recolher a opinião deles na comissão, mas a Internet não funciona.

Temos muitas dificuldades em poder trabalhar fora do Parlamento, e os técnicos sabem disto. Muitas vezes, os Deputados vêm para aqui, na cave, fora do dia regular das reuniões, para poderem prontificar os documentos, para apresentar nas comissões, porque não têm condições na sua residência. Não há condições para que trabalhem.

Por isso, Sr. Presidente, acho que se devia rever melhor esta questão de reunião semi-presencial, porque não vai melhorar a capacidade produtiva das comissões. Temos que ter consciência disso.

Se com a presença obrigatória é deficiente, o resultado é mau! Todos os Deputados sabem, as comissões marcam as reuniões para as 9, 10, 11 horas, não há quórum para começar! Era bom criar as condições para os Deputados. Se quiserem que os Deputados trabalhem em casa, parece-me que muitos querem isso, não estou de acordo, mas infelizmente, há alguns que querem trabalhar em casa, paciência!

O Sr. **Presidente**: — É uma contribuição, a sua convicção também.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, sinto-me ultrapassada pela intervenção do Sr. Deputado Arlindo Ramos, com relação à questão de Internet.

Na localidade onde vivo, o *router* não serve para mim, só me serve quando estou aqui na Assembleia ou na cidade capital. 3 Km fora da cidade capital, já não tenho acesso à Internet. Não sei como iremos conseguir fazer o trabalho virtual, é difícil. Muitas vezes temos reunião via *zoom*, temos que nos deslocar à Assembleia, chegamos cá e, se a sala estiver ocupada, ficamos no corredor para cima e para baixo.

É preciso aumentar a capacidade do *router*.

O Sr. **Presidente**: — Todas as preocupações aqui levantadas são compreensíveis, mas também não vamos generalizar, nem todos os Deputados vão faltar às reuniões presenciais na Comissão. Isto é apenas para facilitar aqueles que não podem estar presente, sobretudo os Deputados residentes no Príncipe, que não podem estar nas reuniões das comissões por causa da descontinuidade geográfica, todos sabemos disso. Até porque temos que nos adaptar também ao novo contexto mundial, não sabemos até quando vamos ter que conviver com a Covid-19. Aliás, nas reuniões que estão a decorrer da 1.ª Comissão, discussão do pacote eleitoral, já se está também a treinar este formato.

Aqueles como eu que são apologistas de reuniões presenciais, honestamente, se calhar, porque sou ainda um pouco conservador, ainda não me adaptei bem às novas tecnologias, e há muitos como eu, se calhar, que gostam ainda do papel e não muito do computador, mas não podemos também escamotear os nossos olhos, como se estivéssemos num mundo avesso ao que é actual. Fazemos parte deste mundo moderno, globalizado, onde as novas tecnologias estão a tomar conta de comunicações, de quase todos os contactos entre os seres humanos. Isto é uma facilidade, não estamos aqui a generalizar, para que não se impeça a possibilidade de os Deputados, sobretudo os residentes na Região Autónoma do Príncipe, participarem nas reuniões, interagirem e votarem. Fica em aberto esta possibilidade, é apenas isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, gostava de perguntar à Mesa o que se passa com o contrato que a Assembleia tinha assinado com a CST, em termos de fibra óptica fixa nas casa dos Srs. Deputados. Penso que aquele sistema tem mais capacidade. Aliás, trata-se de fibra óptica. De repente, no início desta Legislatura, foi-nos tirado essa possibilidade. Sempre defendi isto, o Sr. Presidente sabe que deveríamos partir para este sistema de trabalho, também por causa da questão da Covid-19, e não só, mas é preciso preparar. Sabemos que há um projecto através do PNUD que facultará alguns equipamentos, mas é preciso que a Assembleia trate da situação de boa Internet. Não estou a falar só do *router* que os caros colegas Deputados reclamaram, mesmo a nossa Internet aqui na Assembleia, na minha opinião, não é muito eficiente e penso que este é um assunto que não deve ser posto para o último plano, deve ser tratado

com maior celeridade possível, porque é de extrema importância ter-se uma comunicação bastante fiável e de qualidade, tendo em conta a situação.

O Sr. **Presidente**: — Há umas perguntas que são dirigidas à Mesa, mas que cabe ao Conselho de Administração, e o Sr. Deputado tem no seu Grupo Parlamentar o Presidente do Conselho de Administração, e às vezes a gente fica sem jeito de tentar atender às questões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, a minha intervenção pode parecer que estou a fugir ao tema, mas não. Todos esses assuntos vão levar-nos à votação e servirá também para os próximos momentos de votação que vamos ter aqui na Casa Parlamentar.

É uma preocupação que tenho e não é a primeira vez que digo isso, a questão de voto, e também é um apelo que faço às Sras. e aos Srs. Deputados, para estarmos todos atentos no momento da votação. É preciso muita atenção e os colegas que estão ao lado devem ajudar um ou outro que está distraído no momento da votação. Por quê que digo isso? O artigo 113.º fala do direito que temos de voto e diz que o voto pertence a cada deputado, é de um deputado, não é do grupo parlamentar, não é dos partidos, é do deputado e exprime a vontade do deputado sobre aquela matéria em análise.

Às vezes, há algumas distrações e levantamos as mãos. No escrutínio secreto, nós estamos a ver por escrito e não há erros, mas quando o voto é aberto, de mão levantada, tradicionalmente, às vezes em alguma distração levantamos a mão no momento impróprio. Na minha opinião, se o Deputado estiver numa situação de se ter enganado, tem que se lhe dar a possibilidade de expressar o seu sentido de voto. Por quê digo que isso é importante? Se ele se enganar e levantar a mão, por qualquer razão estava distraído, mas não é o seu sentido de voto, o deputado deve alertar a Mesa e dizer que se enganou e que o seu sentido de voto é este. Digo isso para não criar precedentes, amanhã, se a Mesa, alguma forma disser que é este o seu sentido de voto. Não é a Mesa que determina o sentido de voto dos Deputados. É o Deputado que tem que dizer qual o seu sentido de voto. Se não, o Governo pode cair por um engano, o orçamento pode ser chumbado por um engano.

É este o apelo que faço às Sras. e aos Srs. Deputados e à Mesa também. Quando verificar que há um engano no sentido de voto, voltar a perguntar ao Deputado o seu sentido de voto. Isto é muito importante, para não criarmos precedentes e criar a nós próprios problemas aqui nesta Casa Parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Sobre esta questão a Mesa tem sido flexível. O que aconteceu é que a Sra. Deputada Beatriz votou, deixou passar a fase daquela votação para depois dizer que o seu voto foi abstenção.

Se for no momento, corrige-se, mas foi depois. Não vamos entrar em discussão sobre isso, mas temos sido flexíveis, aliás não é a primeira vez que isso acontece cá nesta Casa Parlamentar e temos que perguntar às pessoas o seu sentido de voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a minha intervenção é em relação às reuniões semi-presenciais. Acho que não precisamos de fazer as coisas pela metade, já vimos as dificuldades que encontramos a nível de Internet, materiais e mais, se as reuniões presenciais aqui na Assembleia e na cave, às vezes, os atrasos são tão evidentes que também atrasam muito o trabalho. Eu proponho a suspensão deste ponto para estudarmos melhor a forma de podermos fazer os trabalhos.

Naturalmente, temos que acompanhar a tecnologia, mas é preciso acompanhá-la com alguma prudência, algum cuidado, com maior responsabilidade, sobretudo, porque a questão dos Deputados, análise dos diplomas, não pode ser de mera utilidade, porque temos que acompanhar a tecnologia e acabamos por vezes errando, fazendo os trabalhos.

Daí que eu proponho a suspensão, para analisarmos melhor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, na verdade, peço a palavra para subscrever esta iniciativa, esta resolução e como no texto faz menção que é para se prorrogar ou voltar a permitir que tal aconteça, porque no contexto actual é incontornável essa ligação que temos que ter com a tecnologia.

A partir do mês do Março, vivemos o período de confinamento, a Assembleia teve que recuar e não conseguimos trabalhar. Se já tivéssemos essa possibilidade, poderia ser uma forma de se avançar com alguns projectos, algumas propostas de lei. Acho que temos que evoluir neste sentido.

Vimos o exemplo daquilo que foi noutras paragens, noutros parlamentos, como já foram evoluindo nesse sentido. Acho que, nós, a Assembleia Nacional, temos que dar o primeiro passo. É verdade que numa fase inicial poderá não ser do jeito almejado, entretanto, estou certo de que, paulatinamente, vamos acertando, até chegarmos ao ponto que desejamos. Recuar não é a melhor saída. Nós estamos a discutir, de igual modo, o pacote eleitoral, pensando também já na representação da diáspora. Não sei ainda, mas creio que

uma das alternativas que poderemos também encontrar para permitir uma participação mais directa dos Deputados a serem ao nível da diáspora, será também por esta abertura. Então, temos que dar um passo e espero que, com os devidos acertos, chegaremos ao ponto desejado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, eu quero aqui também vincar a minha posição favorável, em relação a esta resolução. Isto porque, com esta nova normalidade que a pandemia causou ao mundo inteiro, São Tomé e Príncipe não foge à regra. Como vimos, o mundo mudou, a administração também vai ter que mudar e adaptar-se a essa nova realidade. E a tecnologia é a saída. Julgo que no futuro vai ser tudo assim.

O que é certo todos nós, Deputados, devemos trabalhar para que realmente o País inteiro, não só a Assembleia Nacional, mas mesmo a Administração Pública, as empresas privadas, públicas, possam ter um instrumento jurídico para poder aplicar isso, porque é necessário regular. É um passo importante para a Casa Parlamentar, é verdade que será mais aprofundada, não só reuniões semi-presenciais, mas também digitais, porque a questão de segurança de voto tem que estar garantida. Mas a nossa participação, enquanto Deputados que vivemos fora da capital, sobretudo na Região Autónoma do Príncipe, vai ser importantíssimo, quer dizer, vai ajudar bastante. Porque aí, poderemos participar e julgo que, nesta primeira fase, não teremos grandes dificuldades. Embora a Internet seja um desafio, eu estou convencido de que vamos ultrapassar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, nós estamos com uma questão de ordem prática para resolver. Os Deputados da Região Autónoma do Príncipe precisam de sair para irem fazer o teste de coronavírus, para viajarem, eu creio amanhã, não é? Portanto, têm que sair urgentemente e eu creio que são 4 ou 5 Deputados. Portanto, não sei se é possível suspender este debate para depois.

Murmúrios.

Era apenas esta sugestão.

O Sr. **Presidente**: — Temos essa sugestão, mas acho que temos uma proposta, o Deputado Maiquel mantém a proposta ou retira?

Mantém a proposta de retirar o ponto da ordem do dia?

Murmúrios gerias.

Nós queremos avançar ou vamos submeter a proposta à votação para aprovação. Retira?

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Não. Se calhar, para suspendermos a discussão.

Umaz vozes: — Não.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Há uma proposta para suspensão da discussão. Bom, vamos submeter esta proposta à votação?

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu acho que nós estamos num momento importante e convém que passemos à votação da proposta agora.

O Sr. **Presidente**: — Se eu percebi bem, é passar à votação do projecto de resolução? Então, Deputado Maiquel, podemos considerar a sua proposta ultrapassada pelo Vice-Presidente?

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado. Portanto, vamos votar na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 51 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção.

Agora, vamos analisar o preâmbulo, alguma proposta de correcção, alteração, aditamento? Não sendo o caso, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado, com 51 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção.

Artigo 1.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com 51 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção.

Artigo 2.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com 51 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção.

Vamos passar à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado, com 51 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção.

Portanto, concluímos os nossos trabalhos previstos na ordem do dia, quero, mais uma vez, agradecer a paciência das Sras. e dos Srs. Deputados, desejar uma boa tarde e até amanhã.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 16 minutos.